

SELMA MARIA RODRIGUES DE ANDRADE ALVES

**TRAJETÓRIA DE VIDA E MOBILIDADE DOS TRABALHADORES DO
NÚCLEO 4 DO PROJETO SENADOR NILO COELHO, EM PETROLINA-PE**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2006

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

A474t
2006

Alves, Selma Maria Rodrigues de Andrade, 1971-
Trajetória de vida e mobilidade dos trabalhadores do
Núcleo 4 do Projeto Senador Nilo Coelho, em Petrolina-
PE / Selma Maria Rodrigues de Andrade Alves. – Viçosa:
UFV, 2006.
xix, 98f. : il. ; 29cm.

Orientador: Franklin Daniel Rothman.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Viçosa.
Referências bibliográficas: f. 86-90.

1. Trabalhadores rurais - Petrolina (PE). 2. Condições
sociais. 3. Mobilidade ocupacional. 4. Mobilidade
residencial. 5. Irrigação agrícola. 6. Projetos de desen-
volvimento rural. I. Universidade Federal de Viçosa.
II. Título.

CDD 22.ed. 331.763

SELMA MARIA RODRIGUES DE ANDRADE ALVES

**TRAJETÓRIA DE VIDA E MOBILIDADE DOS TRABALHADORES DO
NÚCLEO 4 DO PROJETO SENADOR NILO COELHO, EM PETROLINA-PE**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 19 de abril de 2006.

Maria de Fátima Lopes

Nora Beatriz Presno Amodeo

Ana Louise de Carvalho Fiúza
(Conselheira)

Fábio Faria Mendes
(Conselheiro)

Franklin Daniel Rothman
(Orientador)

À minha mãe, grande batalhadora.
Aos meus filhos, melhores presentes da minha vida.
A Renalto, grande companheiro.
Aos trabalhadores rurais do NÚCLEO 4, que constroem sua trajetória de vida
em constantes ir e vir na luta pela sobrevivência.

AGRADECIMENTO

Foram muitas as pessoas encontradas durante a realização desta pesquisa e valiosas as contribuições oferecidas das mais diversas formas. Para a realização do mestrado, grandes foram as dificuldades encontradas, mas tão grande quanto, foram os incentivos e a força dados por colegas, amigos e parentes. A todos vocês devo meus agradecimentos.

A Deus, pela vida, pela coragem e pela consciência de que o aprender deve ser constante e que nunca estamos prontos.

Ao CEFET Petrolina, nas pessoas dos professores Nelson, Samuel e Rildo, que possibilitaram a realização do mestrado.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realização do curso.

Agradeço a minha família que soube compreender as minhas ausências em várias comemorações familiares. A seu Miguel e a Dona Nenê, meus pais, grandes incentivadores dos estudos dos filhos. Pessoas vitoriosas que lutaram durante toda a vida para criar seus doze filhos, e a despeito de não ter estudos, propiciaram a formação acadêmica e realizaram todos os sonhos idealizados para sua família. O nosso sucesso é seu sucesso.

A Renalto, meu eterno admirador, sempre ao meu lado, incentivando e apoiando, sempre acreditando que posso e mereço mais.

A Rayane, Sabrina e Renan, meus melhores presentes de Deus, apesar de ainda crianças, mostraram muita compreensão e maturidade para

aceitar as minhas ausências durante a realização deste trabalho, principalmente nos feriados em que eu aproveitava para uma maior dedicação ao mestrado, não podendo, portanto, lhes dar a atenção merecida.

A Cyntia, grande amiga, que me recebeu nas várias ocasiões que tive de me deslocar até Viçosa, dando também grande incentivo “fica calma, Selma, tudo vai dar certo” com aquele sotaque carregado de Belém-PA.

Aos colegas do mestrado pela contribuição nas discussões durante as aulas, nos estudos dos textos, nas discussões para as provas;

Aos funcionários do DER, sempre dispostos a nos ajudar e orientar, especialmente a Tedinha, sempre muito educada e solícita.

Agradeço a todo corpo docente do DER, ao professor Ambrósio que nos ajudou na tabulação e análise dos dados.

Ao professor Franklin Daniel Rothman, meu orientador, pela ajuda, pela indicação de bibliografias, pela disponibilidade nas diversas leituras dos textos iniciais até a dissertação, pelas valorosas sugestões de mudanças para melhoria do trabalho, enfim, pelos seus ensinamentos e, acima de tudo pela paciência na condução dos trabalhos que proporcionaram o amadurecimento. A você, professor, meu respeito, minha admiração e o meu muito obrigada.

À professora Sheila Maria Doula, muito prática, determinada e colaboradora, que nos forneceu grandes contribuições na condução das pesquisas de campo.

Em especial ao professor Fábio Faria Mendes que, na sua constante placidez, e discreta, mas imensa sabedoria, muito contribuiu para o direcionamento e construção deste trabalho.

Ao professor José Norberto Muniz, pelas reflexões provocadas em sala de aula.

À professora Maria Izabel Vieira Botelho, sempre muito acolhedora e objetiva nas sugestões e questionamentos para o aperfeiçoamento do trabalho.

À professora Ana Louise de Carvalho Fiúza, muito meiga, mas muito segura nas orientações.

Agradeço de forma especial ao comitê de orientação, que deu rumo ao trabalho.

A todos vocês, meu agradecimento, admiração e respeito.

Aos trabalhadores rurais do NÚCLEO 4 do PISNC, pela colaboração e pela boa vontade com que me receberam, a princípio desconfiados, mas depois com interesse e descontração, na contagem de “casos” e histórias e ensinamentos;

Aos meus irmãos, Glorinha, Marlene (pela grande ajuda na correção da tese), Dileuza, Dja, Leninha, Vera e Neide que nunca duvidaram da minha capacidade, Raimundo e Demarzinho que muito me ajudou levando e trazendo livros ou outras fontes bibliográficas da EMBRAPA onde trabalha.

De forma muito especial, agradeço a minha grande irmã Nice, com quem sempre contei mais diretamente, cuidando das crianças quando precisei ficar até mais tarde na biblioteca ou quando tive que me deslocar até Viçosa.

A Rose, minha querida sobrinha e irmã, que me ajudou na digitação do trabalho, nem sempre compreendendo os escritos que, muitas vezes, mais se aproximavam de “garatujas” que de palavras propriamente ditas. Às vezes, até eu mesma tinha dificuldades em “decifrar” o que escrevi.

A D. Áurea, minha sogra, e a Nide, única cunhada que mesmo à distância, acreditaram, incentivaram-me e torceram pelo meu sucesso, cuidando das crianças nas minhas ausências no período de férias.

Agradeço de modo especial a Adelmo sempre muito disponível e observador, ajudando nas leituras do trabalho descobrindo falhas que passavam despercebidas quando também tinha mil e uma outras coisas para fazer e a Ana Rita, sem a preciosa colaboração desses dois colegas na execução das atividades profissionais do CEFET, esta jornada teria sido, sem a menor dúvida, muito mais árdua.

A Sueli, colega de turma, grande amiga, incentivadora e companheira nos momentos de angústias, de desesperança, mas também nas alegrias e conquistas durante este percurso.

A Brígida, professora no Núcleo que intermediou os contatos com os trabalhadores;

Agradeço a Cícero Antonio pela preocupação, sempre querendo saber do andamento da pesquisa e pela compreensão demonstrada nas ausências profissionais para a realização do trabalho.

Agradeço a Luciano Manfroi, um facilitador na realização do curso.

Aos colegas do CEFET-Petrolina que estiveram muito próximos durante a realização deste trabalho, como Fátima Palitot, Adriana, Bernadete, Delmo, Macário, Sebastião, Zé Batista, Rosival, Marcos Nunes, Gleide e Almir.

BIOGRAFIA

SELMA MARIA RODRIGUES DE ANDRADE ALVES, filha de Miguel Freire de Andrade e Maria Rodrigues de Andrade, nasceu em 23 de abril de 1971, na cidade Santa Maria da Boa Vista, PE.

Especializou-se em Capacitação Pedagógica de Professores pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. A graduação em licenciatura Plena em Letras foi realizada pela Faculdade de Formação de Professores de Petrolina/Universidade de Pernambuco.

Iniciou as atividades profissionais no Colégio Dom Bosco em Petrolina, onde permaneceu no período de 1991 a 1994. Em 1995, ingressou na Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela, hoje Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina onde atua até a presente data.

Iniciou no Programa de Mestrado em Extensão Rural, no Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa, em 2004, defendendo tese em abril de 2006.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE FIGURAS	xii
LISTA DE SIGLAS	xiv
RESUMO	xvi
ABSTRACT	xviii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Procedimentos metodológicos	1
1.2. Localidade da pesquisa e unidade de análise	4
1.3. Instrumentos de coleta de dados	5
1.4. Amostragem	6
1.5. Problema de pesquisa	9
1.6. Organização estrutural do trabalho	11
2. A FRUTICULTURA IRRIGADA DE EXPORTAÇÃO E O TRABALHO ASSALARIADO	12
2.1. Contextualização histórica	12

	Página
2.2. Infra-estrutura para a fruticultura	21
2.3. Órgãos de fomento à agricultura irrigada	21
2.4. A distribuição dos lotes para os colonos	23
2.5. Estruturação do perímetro	25
2.6. Expansão da fruticultura e seu caráter social	28
2.7. Relações de trabalho na agricultura de sequeiro e irrigada	31
2.7.1. Relações de trabalho na agricultura de sequeiro	32
2.7.2. Relações de trabalho na agricultura irrigada	34
2.8. A ação dos sindicatos	42
3. MARCO TEÓRICO	44
3.1. Mobilidade geográfica	47
3.2. Mobilidade ocupacional	51
4. HISTÓRIAS DE VIDA	53
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	61
5.1. Origens e trajetórias	62
5.2. Perfil dos avós dos trabalhadores rurais do N4	64
5.3. Perfil dos pais dos trabalhadores rurais do N4	64
5.4. Perfil dos irmãos dos trabalhadores rurais do N4	67
5.5. Do sequeiro a Petrolina/Juazeiro: em busca de trabalho	67
5.6. Caracterização do trabalhador rural assalariado do Núcleo 4 ..	68
5.7. Perfil do trabalhador assalariado do N4 do PISNC	70
5.8. Mobilidade geográfica do trabalhador rural do N4	73
5.9. Mobilidade ocupacional do trabalhador rural do N4 do PISNC .	76

	Página
5.10. Transformações nas vidas dos trabalhadores assalariados da fruticultura irrigada	79
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	86
APÊNDICES	91
APÊNDICE A – Questionário	92
APÊNDICE B – Memória fotográfica	97

LISTA DE TABELAS

		Página
1	Projetos de irrigação implantados no Submédio São Francisco sob a responsabilidade da CODEVASF	17
2	Núcleos habitacionais e agrícolas distribuídos por todo o Perímetro Nilo Coelho	26
3	Trabalhadores temporários e permanentes ocupados na fruticultura irrigada em Petrolina e Juazeiro	36
4	Origem geográfica das três gerações de trabalhadores do N4 analisados na pesquisa	63
5	Principal ocupação das três gerações de trabalhadores do N4	75
6	Afinidade do trabalhador rural do N4 com o trabalho na fruticultura irrigada	78

LISTA DE FIGURAS

		Página
1	Localização da cidade de Petrolina-PE	14
2	Localização do Vale do São Francisco	16
3	Adjacências da região Petrolina/Juazeiro	17
4	Localização do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho	19
5	Colheita de acerola	54
6	Trabalhadores esperando o transporte da empresa no final do expediente	57
7	Atividades do pai do trabalhador	65
8	Atividades da mãe do trabalhador	65
9	Posse de terra pelo pai do trabalhador	66
10	Qualificação do trabalhador rural do N4	69
11	Mobilidade geográfica do trabalhador rural do N4	71
12	Motivação da saída da cidade de origem do trabalhador rural do N4	72
13	Intenção do trabalhador rural do N4 de voltar à cidade de origem ou permanecer na cidade de Petrolina	74

		Página
14	Atividades desenvolvidas pelo trabalhador rural do N4 durante o ano	77
15	Afinidade do trabalhador com o trabalho na fruticultura	78
16	Relação do trabalho do trabalhador rural na fruticultura irrigada do N4	79
1B	Canal principal do Perímetro Nilo Coelho: de Sobradinho-BA para a plantação	97
2B	Problemas de saneamento do N4	98
3B	Posto Asa Branca: local de agenciamento de trabalhadores ...	98

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BNB – Banco do Nordeste do Brasil.

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação.

DRT – Delegacia Regional do Trabalho.

CELPE – Companhia Energética de Pernambuco.

CHESF – Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento.

CPATSA – Centro de Pesquisa Agropecuária para o Trópico Semi-Árido.

CVSF – Comissão do Vale do São Francisco.

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola.

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FAO – Food and Agriculture Organization.

FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste.

FGV – Fundação Getúlio Vargas.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária .

OEA – Organização dos Estados Americanos.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produto Rural.

PISNC – Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho.

PLANVASF – Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

PREALC – Programa de Emprego para a América Latina.

SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste.

SUVALE – Superintendência para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

RESUMO

ALVES, Selma Maria Rodrigues de Andrade, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2006. **Trajetória de vida e mobilidade dos trabalhadores do Núcleo 4 do Projeto Senador Nilo Coelho, em Petrolina-PE.** Orientador: Franklin Daniel Rothman. Conselheiros: Ana Louise de Carvalho Fiúza e Fábio Faria Mendes.

Este estudo teve como objetivo analisar as transformações na vida de pequenos agricultores de sequeiro, no tempo e no espaço, através das trajetórias geográfica e ocupacional, sob o ponto de vista intra e intergeracional com ênfase nas relações e condições de trabalho gestadas como assalariado na fruticultura irrigada de Petrolina. Observou-se que a cidade de Petrolina sofreu modificações profundas a partir da implantação do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho influenciando diretamente no fluxo populacional verificado na cidade. Procedeu-se a uma contextualização histórica e social da região, evidenciando em que aspectos houve mudança na trajetória de vida do sujeito social objeto da pesquisa. Através do estudo de caso da Comunidade do Núcleo 4 (N4), retratou-se a trajetória de vida do trabalhador rural assalariado. Este, por questões como a modernização da agricultura que provocou mudanças nas relações de produção e expulsou ou substituiu o trabalhador, advém de diversas localidades atraídos pela promessa de emprego na fruticultura. A trajetória de vida do trabalhador assalariado mostra melhorias

nas suas condições de sobrevivência, principalmente, quando se compara à situação anterior. Entretanto, a despeito de fiscalizações periódicas pelos órgãos competentes, muitos aspectos das condições de trabalho ainda são precários. Fica evidente na relação de trabalho que a mobilidade geográfica e a mobilidade ocupacional contribuíram para garantir a reprodução social da família ao longo das três gerações pesquisadas. Entretanto, é mais contundente para a terceira geração (entrevistados) que decide fixar-se na cidade, quebrando um ciclo de migração antes recorrente. Contudo, adaptações constantes nas diversas atividades que desempenham são mantidas, inclusive para assegurar a empregabilidade na fruticultura irrigada. É interessante ressaltar que o fato mesmo de sair de sua localidade de origem demonstra a vontade de resistir, de provocar mudanças e caracteriza-o como um vencedor, que muitas vezes consegue êxito apesar das adversidades encontradas nas localidades de destino.

ABSTRACT

ALVES, Selma Maria Rodrigues de Andrade, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, April 2006. **Life path and mobility of farmworkers of Nucleus 4 of the Senator Nilo Coelho Project in Petrolina-PE.** Adviser: Franklin Daniel Rothman. Committee Members: Ana Louise de Carvalho Fiúza and Fábio Faria Mendes.

This study analyzes the transformations in the life of wage laborers in irrigated export agriculture of fresh fruit in Petrolina, Pernambuco, since their origins as small subsistence farmers in the semi-arid region. The focus is on intra and inter-generational processes of rural-urban migration and geographical and occupational mobility, as well as current labor relations and working conditions. Current conditions are viewed in the historical and social context and socioeconomic effects of a major irrigation colonization project of the 1980's, the Senator Nilo Coelho Irrigation Project, in particular, its effects on the life trajectories of these wage laborers, attracted by the promise of employment in fresh fruit production. The study selected as sample those wage laborers of a segment of this Project known as Nucleus 4 and analyzed the life trajectory of these laborers who were affected by the dual demographic processes of expulsion/attraction related to the modernization of relations of production in agriculture and incentives to export agriculture of fresh fruits and vegetables in

the region. Results revealed the affirmation by these laborers of improvements in their living conditions, in comparison with their social origins. However, despite periodic inspection of working conditions by government officials, many aspects of these conditions are still less than satisfactory. Research further showed that although geographic and occupational mobility contributed to the social reproduction of their families across the three generations under study, the major impact was on those interviewed, the third generation of wage laborers, who decided to remain in the urban and surrounding area, thus breaking the previously recurring cycle of temporary rural-urban-rural migration. These laborers tend to undertake various activities which enable them to adapt to and remain in the urban setting. These findings tend to confirm recent research in Brazil which suggest that internal migrants are often those who resist conforming to labor relations of subordination and exploitation in the place of origin, and whose motivation to seek new opportunities contributes to obtaining improvements in living conditions, despite adversities encountered in the new locations.

1. INTRODUÇÃO

Quem passa diariamente pelas imediações do posto Asa Branca na cidade de Petrolina-PE inquieta-se, inevitavelmente, com a quantidade de pessoas reunidas a espera de arregimentação para o trabalho em atividades da fruticultura irrigada. O cenário desperta vários sentimentos, entre eles a vontade de conhecê-las, de saber de onde vieram, quais seus anseios e suas histórias. Isto motivou a sua escolha como sujeitos sociais desta pesquisa. Acredita-se na relevância da descrição de sua história para a região, como memória que se consolida apenas a partir da implantação do Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho. Portanto, a intenção deste estudo foi analisar as transformações na vida de pequenos agricultores de sequeiro que se deslocam em determinadas épocas do ano para as cidades de Petrolina-PE e Juazeiro-BA em busca de trabalho. Tal análise foi realizada através das trajetórias geográfica e ocupacional, sob o ponto de vista intra e intergeracional, com ênfase nas relações e condições de trabalho gestadas como assalariado na fruticultura irrigada de Petrolina.

Caracterizados por grande mobilidade geográfica e ocupacional recorrentes, os sujeitos sociais objetos desse trabalho, constroem uma trajetória de vida que mescla atividades agrícolas tradicionais, com novas tecnologias da fruticultura irrigada e ainda com serviços diversos, numa pluriatividade que objetiva a sua reprodução social. São trabalhadores de áreas de sequeiro que depositam na fruticultura irrigada a esperança de melhores condições de sobrevivência.

1.1. Procedimentos metodológicos

Foi focalizado o trabalhador rural do N4 do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE. A partir de dados primários e secundários procurou-se responder ao seguinte questionamento: que processos histórico-sociais motivaram a mobilidade geográfica e ocupacional que se verifica no Núcleo 4 do PISNC e que implicações tal mobilidade acarreta na trajetória de vida desse trabalhador, dentro de uma visão inter e intrageracional?

A principal hipótese de trabalho sugere que a mobilidade geográfica, permanente ou temporária, configura-se como alternativa para inserção do trabalhador migrante proveniente de áreas de sequeiros para a região frutícola de Petrolina-PE, mesmo com a frequência de contratos temporários, porque a cidade oferece outras oportunidades de trabalho em setores não-agrícola nos períodos de entressafra.

Foram identificadas as principais trajetórias geográficas dos trabalhadores que migram de áreas de sequeiro para a cidade de Petrolina-PE; descreveu-se a ocupação e as relações de trabalho dos pais e do trabalhador no local de origem e analisaram-se os motivos que levaram o trabalhador e ou seus pais a migrarem para Petrolina, identificando as particularidades das relações e condições de trabalho dos assalariados.

Para se conhecer os níveis de mobilidade social encontrados na Comunidade do N4 do PISNC, lançou-se mão do estudo de caso. De acordo com Yin (1989), citado por Rothman (1994), o estudo de caso como estratégia de pesquisa busca a compreensão de fenômenos sociais complexos, não permite a generalização estatística, mas admite generalizações analíticas em que os resultados são comparados às construções teóricas realizadas na pesquisa.

De acordo com Triviños (1987, p. 134), uma das características de que é revestido o estudo de caso é a totalidade na abrangência da unidade social de análise e, segundo este autor, ainda que se privilegie aspectos de relevo que possuam maior interesse, ressaltando-se esses pontos não se deve perder o foco de análise. Ainda conforme Rothman (1994) para o estudo de caso deve-se reunir o maior número de informações detalhadas, podendo-se utilizar diferentes técnicas de pesquisa para que se possa apreender a totalidade da situação, objetivando penetrar na realidade social recortada e descrever a complexidade de

um caso concreto. Neste estudo, valeu-se da aplicação do questionário para os trabalhadores rurais do Núcleo, de relatos de histórias de vida, assim como de conversas informais com moradores que aproveitaram a oportunidade de contar fatos e casos a respeito do perímetro, que fazem a memória do povo daquele Núcleo e ainda com trabalhadores rurais localizados no Posto Asa Branca a espera de trabalho.

De acordo com Haguette (1992), a história oral constitui relevante recurso para se captar e preservar com fidelidade fatos e relatos, frutos de fontes pessoais que podem preencher lacunas que documentos escritos não foram suficientes para dar conta. De fato, a história oral objetiva a coleta de dados pelo depoimento oral, geralmente gravado, a partir da interação entre o pesquisador e o ator social, gerando contribuição à comunidade científica por meio da socialização do seu produto, nesse caso, sua trajetória de vida.

Neste sentido, a história de vida como técnica de captação de dados orais está preocupada com a fidelidade das experiências e interpretação do autor sobre seu mundo, suas memórias. Segundo Haguette (1992, p. 80), é importante que determinados problemas sociais possam ser mostrados através do ponto de vista do sujeito da ação. É preciso, porém, se confrontar a história contada com materiais, como relatórios oficiais, fatos, lugares descritos ou mesmo com familiares do informante, ou seja, é necessário que haja honestidade e transparência para que se consiga mostrar as interpretações fornecidas de forma também honesta. Nesse confronto é possível que fatos que fazem parte da memória do grupo entrem em discrepância com documentos oficiais. Assim informações relativas à distribuição de lotes, de acordo com as pessoas ouvidas, divergem dos documentos oficiais quando falam, por exemplo, que foram beneficiadas com lotes, muitas pessoas amigas de políticos locais que influenciavam no processo de seleção e que este nem sempre se revestiu da objetividade e imparcialidade de que tratam tais documentos.

É importante ressaltar ainda, a caracterização da história de vida dos trabalhadores mostrada pela pesquisadora¹, pois apesar de se fornecer dados a partir de memórias e experiências pessoais, ela não constitui autobiografia, nem ficção, pois esta não é fiel aos fatos, nem ao mundo existente e aquela, apesar de

¹ Registra-se que foram gravadas as histórias de vida dos trabalhadores, conforme descritas no capítulo 3.

seu caráter subjetivo e a forma narrativa que a caracteriza, não constitui recorte que o autor apresente da forma que tem vontade. Partindo dessa acepção, a história de vida foi utilizada com o intuito de se captar a trajetória geográfica, ocupacional ou social pela qual passa o trabalhador assalariado do Núcleo 4 do PISNC ao longo das duas últimas décadas, após a implantação do Projeto de Irrigação. Assim, conhecem-se detalhes individuais desse trabalhador, sua luta, estratégias de sobrevivência, suas alegrias, decepções, enfim as possíveis mobilidades por ele sofridas ao longo da vida.

Na pesquisa foram consideradas três gerações do trabalhador para uma análise da mobilidade ocupacional e geográfica nos aspectos intra e intergeracional do grupo.

1.2. Localidade da pesquisa e unidade de análise

O trabalho foi realizado dentro do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, na Comunidade do Núcleo 4, que é composta por cerca de 160 famílias, segundo dados da CODEVASF. A comunidade é formada por colonos, que possuem lotes de até 6 ha; empresários, com lotes de áreas superiores; e trabalhadores rurais, que moram de aluguel na agrovila ou se deslocam diariamente. Trabalham nos lotes membros familiares e trabalhadores contratados temporariamente. O Núcleo é dividido em: área dos lotes demarcados e distribuídos pela CODEVASF e espaço residencial na agrovila, onde vivem as famílias de colonos e parte dos trabalhadores assalariados dos lotes. A agrovila é dotada de estrutura mínima como água encanada, coleta de lixo, energia elétrica, supermercados, igrejas, escola, faltando, contudo, saneamento básico, conforme Figura 1, sendo grande também os problemas relativos à falta de segurança, tanto durante o dia quanto durante a noite, segundo os próprios moradores. Outra parte dos trabalhadores contratados reside na área urbana das cidades de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Mesmo com a infra-estrutura que o Núcleo 4 dispõe, é grande o número de trabalhadores e mesmo colonos que opta por residir na cidade, realizando deslocamentos diários em ônibus lotados, contratados pelas empresas ou nos transporte coletivos. De acordo com Cavalcanti e Silva (1999, p. 159), “os produtores e trabalhadores tendem a trabalhar no campo e morar nas cidades. A cidade torna-se também uma referência para a educação dos filhos”.

Ainda para a autora eles preferem as cidades porque as áreas rurais não oferecem um espaço de sociabilidade esperado. Segundo dados do Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho (2004) aproximam-se de 450 o número de trabalhadores em época de colheita de uva e acerola, sendo esta última responsável pela maioria das contratações, por constituir o carro chefe deste Núcleo. Diferentemente de outros núcleos do PISNC em que predominam a uva ou a manga.

1.3. Instrumentos de coleta de dados

Para a captação de dados, foram aplicados 47 questionários a trabalhadores rurais da fruticultura irrigada que atuam no Núcleo 4. A aplicação dos questionários foi realizada pela pesquisadora, que registrava as respostas dadas pelos trabalhadores. Procedeu-se, também, a observação do ambiente e das pessoas que se juntavam com grande curiosidade no momento da captação dos dados. Isto foi importante para melhorar a contextualização dos diferentes comportamentos através de anotações em caderno de campo. Esses dados serviram para complementar as informações obtidas por meio dos questionários aplicados, uma vez que em muitas situações os casos contados e rememorados serviram para o enriquecimento da pesquisa. Permitiram ainda, conhecer detalhes individuais a respeito do trabalhador e principalmente sobre sua trajetória de vida.

Foram realizadas várias incursões para o trabalho de campo encontrando o trabalhador no próprio local (lote ou fazendas) de trabalho, o qual parava um pouco suas tarefas para dar sua contribuição à pesquisa. É interessante registrar que muitas vezes não foi possível um guia para as incursões pelo Perímetro em busca dos lotes e empresas, que constituem para quem não está habituado, um verdadeiro labirinto. Conseqüentemente, algumas dessas aventuras resultaram infrutíferas, precisando ser repetidas com alguém realmente familiarizado com o local. Outras vezes, encontrou-se o trabalhador na própria residência, na sede do Núcleo, que recebia a pesquisadora com muita hospitalidade, como é comum às pessoas do interior. Na pesquisa contou-se com a colaboração de funcionários da associação de produtores rurais do Núcleo 4, professores da comunidade que intermediaram os contatos entre pesquisadora e trabalhadores.

Durante a realização do trabalho houve preocupação constante com a viabilidade da pesquisa considerando-se o fator tempo. Desta forma, foi necessário repensar a metodologia, fazendo os devidos ajustes. Foi assim que as histórias de vida pensadas em um primeiro momento foram descartadas. Entretanto, com o avançar dos trabalhos e após uma das últimas reuniões com o Comitê de Orientação decidiu-se pela sua inclusão, visando o enriquecimento da pesquisa. Desse modo, visando ao enriquecimento voltou-se ao campo de pesquisa para colher as histórias optando-se pela seleção das que chamaram atenção ou contextualizam melhor este trabalho.

1.4. Amostragem

O universo da pesquisa foi composto por homens e mulheres migrantes e não migrantes trabalhadores do Núcleo do PISNC. Para garantir a representatividade do grupo, a seleção se deu aleatoriamente tendo como critérios exclusivos o trabalho na fruticultura como assalariado. Assim, conseguiu-se amostra heterogênea que possibilitou traçar o perfil desse trabalhador. O questionário foi composto considerando-se os seguintes aspectos: estado civil, faixa etária, número de filhos e irmão e suas atividades profissionais, origem do trabalhador, dos pais e avós, acesso à terra pelos familiares, principais atividades desempenhadas pela família ao longo da vida, motivações para as migrações, relações de trabalho na fruticultura.

Foram considerados cerca de 10% dos assalariados no Núcleo, de um total aproximado de 450 trabalhadores, segundo dados do Distrito de Irrigação, órgão que gerencia o Perímetro, no que diz respeito ao uso da água, após sua emancipação pela CODEVASF. Para essa totalidade foram aplicados os questionários, para captação de dados que retratam sua trajetória de vida a partir da mobilidade no Projeto. Foi selecionada também uma subamostra em torno de 10% do universo da pesquisa dos quais se retrata sua história de vida. A princípio, quando do delineamento da pesquisa, foram definidas quatro categorias de atores que atuam no Núcleo em diversos setores, assim, a idéia inicial era analisar as relações de trabalho gestadas no N4 considerando o trabalhador, o colono, o empresário e o sindicato que representa boa parte dos trabalhadores não só do N4, mas da fruticultura local. Contudo, a partir de considerações do

Comitê de Orientação, optou-se por reduzir tais categorias com a finalidade de viabilizar a pesquisa. Dessa forma houve uma delimitação do objeto da pesquisa para focalizando apenas o trabalhador assalariado.

Além da aplicação formal de questionários, uma outra fonte de informação que se revelou muito valiosa foram as conversas informais travadas com aqueles trabalhadores que se posicionavam no Posto Asa Branca a espera dos agenciadores para o trabalho, a partir destas conversas foram produzidos relatos que também retratam a história de vida desses trabalhadores avulsos. A partir desses bate-papos ficou-se sabendo que àqueles trabalhadores cabiam as tarefas mais simples que não requeriam maiores qualificações. De acordo com os trabalhadores, são selecionadas pessoas que já prestaram, de forma satisfatória, algum tipo de trabalho relacionado à atividade para o qual ele necessitava de mão-de-obra. Entretanto, para as tarefas mais complexas que exigem qualificação ou experiência são selecionados trabalhadores a partir da indicação de outros trabalhadores ou empregadores, às vezes as simples referências registradas nas carteiras de trabalho, ou ainda, através de testes que duram cerca de três dias, em que o trabalhador deve demonstrar ou não experiência naquela respectiva atividade. Após esse teste inicial, segue-se para o período de experiência que dura três meses para posterior “fichamento”, ou seja, o registro na carteira de trabalho. Na busca por trabalho raramente esses mais qualificados necessitam esperar em locais como o posto ora citados, geralmente são procurados para o trabalho em suas residências. Supõe-se, portanto, a existência de uma rede de relacionamentos e amizade que facilita ou dificulta a vida profissional desses trabalhadores.

O grande número de trabalhadores chega à região atraído pelo crescimento da fruticultura irrigada que desponta como umas das maiores produtoras de frutas do país. Essa expansão foi impulsionada por incentivos do governo, com a implantação, na década de 1970, de projetos pilotos de irrigação, a exemplo do Mandacaru-BA e Bebedouro-PE, que permitiram a introdução de culturas como a uva, manga e o aumento expressivo da produção de outras culturas não tradicionais. Ainda culturas como cebola, melão e tomate encontraram grande pico de produção neste período. Tais produtos eram destinados às empresas agroindustriais implantadas na região para atender ao modelo de modernização da agricultura fomentado por recursos estatais. Esses

complexos eram formados pela integração intersetorial de indústrias que produziam para a agricultura (maquinários, implementos e insumos), a agricultura moderna propriamente dita (novas tecnologia de plantio, controle e produção) e as indústrias processadoras (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 169). Entretanto, a estrutura do complexo montada na região para atender à produção antes, durante e depois da produção, foi enfraquecida durante a crise econômica da década de 80, ficando mais comprometida ainda, com o surgimento de pragas nas culturas, principalmente do tomateiro. Mas, o potencial de produção, a partir da irrigação, já tinha sido demonstrado através de estudos técnicos desenvolvidos pela EMBRAPA incentivados e coordenados pela CODEVASF e a estrutura física para escoamento já bem adiantada. Investiu-se, portanto, fortemente na produção frutífera na década de 90 que acabou dando certo economicamente, de acordo com Silva (2001).

Portanto, a implantação do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho (PISNC), consolida a região, a partir da década de 1990, como grande produtora de frutas, passando dessa forma, de uma agricultura de sequeiro com produção, basicamente, de subsistência e a pecuária caprina e ovina à agricultura competitiva com altas tecnologias. Segundo dados do Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho (2004), a implantação do Projeto gera cerca de 75.000 empregos diretos e indiretos, os quais atraem trabalhadores das mais diversas regiões do Brasil, especialmente do Nordeste. Muitos desses trabalhadores procuram inserção não só na agricultura irrigada, como também nos setores de serviços que terminam por atingir certo crescimento também, conforme Bloch (1996). Observa-se a significativa presença de baianos dos municípios de Curaçá, Casa Nova, Remanso, como de cidades pernambucanas, a exemplo de Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Orocó, Cabrobó, Belém do São Francisco, Dormentes e Afrânio, dentre outros, assim como pessoas de outros estados do Nordeste e de outras regiões do país. Esses municípios possuem tradição em agricultura de sequeiro e utilizam-se da mobilização geográfica para se tornarem empregados, diaristas, avulsos ou "bóias-frias", como são conhecidos aqueles trabalhadores rurais que têm contratos temporários, que de fato carregam consigo a própria alimentação a qual comem frias por não terem condições de esquentá-la na hora do almoço.

Contudo, cada ator social da região envolvido no processo e a partir da experiência procura responder aos desafios da nova realidade amparando-se em ações como mobilidade ocupacional. Nessa dinâmica, o trabalhador necessita buscar meios para não ficar à margem do mercado e, muitas vezes, encontra na mobilidade geográfica ou ocupacional a alternativa para sua inserção e, ou, reinserção no mercado. De forma que se observam grandes diferenças socioeconômicas na região. Descapitalizado e sem condições de manter sua propriedade, o trabalhador é forçado a se assalariar para complementar a renda da família e, muitas vezes, a vender sua pequena propriedade. Cavalcanti, citado por Martine (1991), afirma *“que uma das conseqüências mais significativas da introdução de formas capitalistas no campo tem sido a multiplicação do trabalho temporário e dependência de mais formas esporádicas de trabalho”*, ou seja, o capitalismo vem fomentando a precarização do trabalho no meio rural.

1.5. O problema de pesquisa

A dinâmica do setor de fruticultura irrigada nas cidades de Petrolina e Juazeiro atrai pessoas de várias regiões do país e do exterior e impõe transformações nas relações de trabalho. São empresários capitalizados que procuram investir na fruticultura irrigada local visando o mercado internacional a partir dos investimentos públicos já realizados na região. Encontram-se, também, trabalhadores rurais sazonais ou permanentes que chegam em busca de oportunidades, que muitas vezes não se concretizam. Como conseqüência, tem-se o crescimento não estruturado das duas cidades, aumento dos índices de criminalidade e subemprego que é atribuído a esses migrantes que procuram na fruticultura a chance para a mudança de vida. Dentre outros fatores, uma das causas do insucesso na inserção desse trabalhador rural no mercado, pode residir na sua falta de qualificação técnica ou mesmo falta de experiência em fruticultura irrigada.

Observa-se que a gama de trabalhadores não qualificados é crescente, com oferta superior à procura, o que pode ocasionar banalização do trabalho e queda do valor pago a este trabalhador. De acordo com Cavalcanti (1997), são cada vez menores os valores pagos pela força de trabalho desses assalariados quando se compara com outras regiões produtoras de frutas, a exemplo da

Califórnia e do Chile. Ainda assim, conforme Branco e Vainsencher (2005), é crescente o fluxo migratório para a região do Vale do São Francisco de forma que a oferta de mão-de-obra favorece aos empregadores, que por consequência, ditam as regras de contratação. Por outro lado, demanda-se do trabalhador rural, além de qualificação contínua na área, a busca de trabalho em setores não-agrícolas, especialmente no ramo de serviços informais, principalmente pelos mais jovens que não encontram oportunidades no campo, conforme Graziano da Silva (1996).

Citando estudos do Programa de Emprego para a América Latina (PREALC), ele acentua que a taxa de desemprego entre esta faixa etária é quatro vezes maior na cidade que na zona rural, concluindo, pois, que os jovens deixam de ser desempregados no campo para serem desempregados na cidade.

O assalariado rural temporário, o trabalhador que trabalha por empreitada, por tarefa ou por produção sem vínculo empregatício, denominado bóia-fria na região sudeste, conforme D'Incão (1984, p. 7) é na região do Submédio São Francisco conhecido como “trabalhador avulso” por não manter uma relação formal com o empregador. O termo possui várias definições compreendidas a partir das mais diversas regiões e carrega a complexidade do regime de trabalho que os trabalhadores são obrigados a suportar para garantir o sustento diário. De acordo com Cavalcanti (1997), as relações de trabalho são formalizadas nas cadernetas de trabalho nas grandes empresas, porém o mesmo não acontece nas pequenas ou nos lotes dos colonos. Os trabalhadores utilizam, na região, o termo “fichado” para a formalização da relação de trabalho e “avulso” para os sem vínculos formais. Este é o tipo de trabalhador que sofreu um considerável acréscimo com a implementação da modernização da agricultura a partir da década de 1970 (ANDRADE, 1980).

Diante dessa problemática, pode-se inferir que o modelo de modernização agropecuária implementado no Brasil, além de excludente por beneficiar estratos sociais superiores, aumenta a concentração de renda e, conseqüentemente, a desigualdade social, em detrimento de estratos sociais mais baixos. Além disso, influencia fortemente as relações de trabalho do setor agrícola e provoca crescente mobilidade ocupacional ou geográfica por parte do trabalhador rural na luta pela sobrevivência.

1.6. Organização estrutural do trabalho

O trabalho está organizado em introdução, quatro capítulos e considerações finais. A introdução além da apresentação do trabalho integra também os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. No segundo capítulo procede-se a uma contextualização histórica, situando no tempo, a trajetória do Perímetro, desde sua concepção à fase atual, considerando também a trajetória dos diversos sujeitos que compõem ou compuseram esse cenário. Mostra-se neste capítulo como se organiza o espaço agrário dentro do Perímetro e como se deu a formação sócio-espacial, apresentando uma caracterização geográfica da área de abrangência da pesquisa, assim como as relações de trabalho ali vivenciadas.

No terceiro capítulo apresenta-se o referencial teórico que norteou o trabalho. Apresenta-se no quarto capítulo o relato das histórias de vida de trabalhadores do N4 do PISNC, assim como de trabalhadores encontrados nas imediações do Posto Asa Branca. No quinto capítulo mostram-se os resultados e discussões a partir dos dados da pesquisa de campo. Conta a trajetória de vida de três gerações de agricultores que lançam mão da mobilidade geográfica e ocupacional como forma de buscar sua reprodução social. Lançando mão da mobilidade em maior ou menor intensidade, varia de acordo com a situação ao longo das gerações e suas respostas. Apresentam-se, também, histórias de vida que ilustram os dados obtidos.

Nas considerações finais são apresentados os resultados do trabalho, ressaltando o comportamento dos sujeitos, objeto do estudo e suas respostas aos desafios impostos pela dinâmica da fruticultura. Ressalta-se também a necessidade de implantação de políticas públicas que atendam aos diversos municípios evitando-se constantes deslocamentos, como também a necessidade de contínuos estudos no Perímetro, tendo em vista a riqueza de social ali encontrada.

2. A FRUTICULTURA IRRIGADA DE EXPORTAÇÃO E O TRABALHO ASSALARIADO

2.1. Contextualização histórica

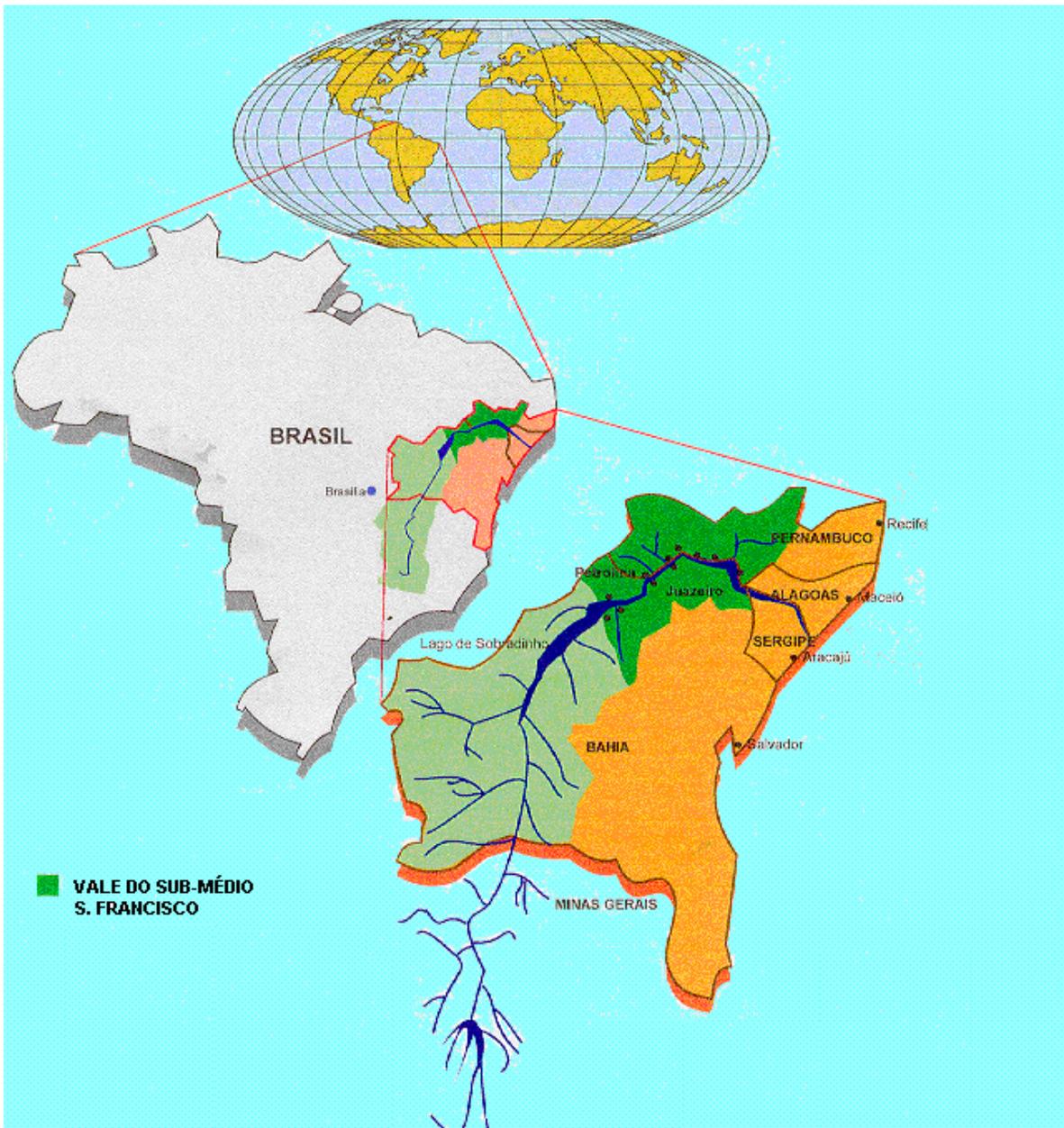
Desde seu povoamento, por volta do século XVIII, a região do Vale do São Francisco tinha como principal atividade econômica a pecuária extensiva realizada por grandes latifundiários. De acordo com Andrade (1980) os animais eram destinados à alimentação de grandes centros, como Salvador-BA e Olinda-PE, assim como para abastecimento dos grandes engenhos açucareiros com animais de tração. Com uma elevada concentração da posse da terra, os latifundiários criavam, também, animais domésticos em pastagens naturais em regime de baixa produtividade. Para alimentar as populações das fazendas de gados praticavam-se a agricultura de sequeiro; os lavradores – a maioria dos quais meeiros pobres vivendo em condições precárias – cultivavam algodão e mantinham plantios de subsistência, pagando uma proporção (usualmente a metade) de sua produção ao proprietário da terra. Esta produção ocupava pequenas áreas nos locais mais férteis como as lagoas secas, ‘serras frescas’ e o leito do rio São Francisco (Silva, 2001). Nesta agricultura plantava-se após as enchentes, que sempre foram constantes e nos períodos de chuva (sendo os mais favoráveis os meses de dezembro a abril) sendo a “*molhação*” realizada apenas com a “*água mandada por Deus*”, de acordo com o pensamento dessa população nordestina. A agricultura de vazante ou de várzeas também é praticada

em regiões que enfrentam grandes períodos de seca, como é o caso da região do sertão do Nordeste. Realiza-se à medida que as águas dos rios vão baixando e deixando descobertas as áreas úmidas e férteis, essas são utilizadas para o plantio de milho, feijão, mandioca, batata-doce, algodão e às vezes melancia e melão. De acordo com Bloch (1996) essa atividade foi praticamente extinta com a expansão da fruticultura irrigada do Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho (PISNC).

Assim à agricultura restavam poucas alternativas. Para Andrade (1980), “[...] é uma atividade contemporânea à criação de gado, contudo, nesta região, desenvolveu-se mediocrementemente à sombra dos ‘currais’”. Este autor considera que o sertão ficou ‘ilhado’ por se manter distante das regiões mais avançadas, e por possuir áreas mais próprias para a atividade agrícola em pequenas proporções de sua superfície total, ao contrário do que ocorre em outras regiões do próprio Nordeste.

Nesse contexto não havia perspectiva de avanços ou desenvolvimento mais expressivos, visto que os períodos de longa estiagem sempre foram constantes seguidos, muitas vezes, por grandes enchentes. Então, por volta dos anos 1950 e 1960, visando ao desenvolvimento do Nordeste e de outras regiões menos desenvolvidas do Brasil, são criadas e implantadas no país Superintendências e planos de desenvolvimento que teriam por objetivo a promoção desse desenvolvimento. Para a região semi-árida do Nordeste, devido as suas características climáticas marcadas por longos períodos de secas, optou-se pela irrigação.

Assim, foram implementados nas décadas de 1970 e 1980, vários projetos de irrigação espalhados pela região conforme dados da Tabela 1, entre os quais destaca-se neste trabalho o Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho (PISNC) implantado na década de 1979, com funcionamento a partir de 1984, na cidade de Petrolina-PE (Figura 1).



Fonte: Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho (2004).

Figura 1 – Localização da cidade de Petrolina-PE.

O município está localizado no Submédio São Francisco a 788 quilômetros de Recife, capital do Estado de Pernambuco, estando inserida na região do polígono da seca (Figura 2). Com seis municípios (Figura 3), pertencentes aos estados de Pernambuco e Bahia, a região corresponde a uma área de 53.000 km² e abriga uma população de cerca de 510.000 pessoas (DAMIANI, 2003). A cidade era denominada no século XIX de “passagem de Juazeiro”, por ser o ponto por onde passavam viajantes do Norte do país com destino a Bahia e aos estados do Sul. O município é composto principalmente pelos distritos sede, Curral Queimado, Rajada e pelos povoados de Cristália, Nova Descoberta, Tapera, Izacolândia, Pedrinhas, Uruás, Lagoa dos Carneiros e Caatinginha.

Para a implantação do Projeto foram desapropriadas terras de pequenos agricultores e empresários que foram indenizados e ou concorreram junto com a população em geral para a posse de lotes, através de processo seletivo para pessoas físicas e processo licitatório para pessoas jurídicas. Implanta-se, pois, o Projeto de Irrigação Massagano que seria denominado mais tarde de Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho em homenagem póstuma a um renomado político da região.

Na Tabela 1, pode-se verificar os empreendimentos sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), instalados na região do Submédio São Francisco.

O VALE DO SÃO FRANCISCO

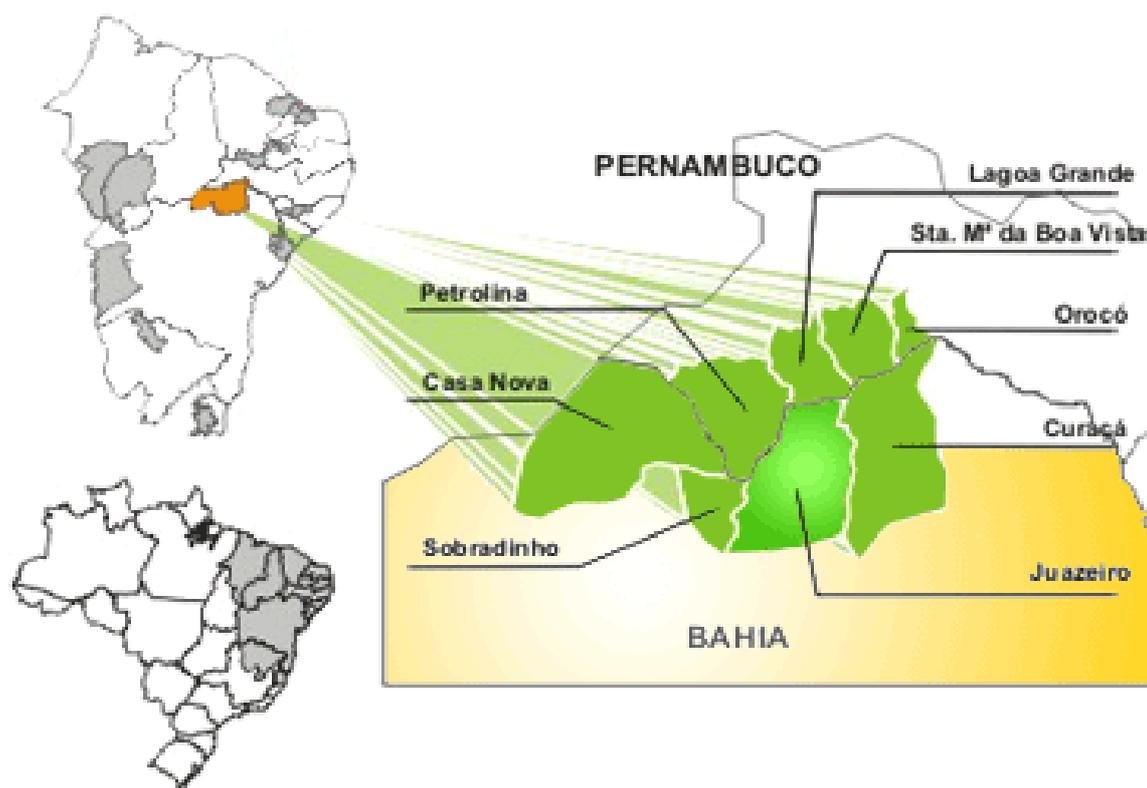


B - EM RELAÇÃO À REGIÃO NORDESTE E AO POLÍGONO DAS SECAS



Fonte: Disponível em: <www.codevasf.gov.br>.

Figura 2 – Localização do Vale do São Francisco.



Fonte: França (1998).

Figura 3 – Adjacências da região Petrolina/Juazeiro.

Tabela 1 – Projetos de irrigação implantados no Submédio São Francisco sob a responsabilidade da CODEVASF

Projeto de irrigação	Localização	Área implantada	Ano de implantação	Início de operação
Bebedouro I	Petrolina-PE	1.060	1968	1968
Bebedouro II	Petrolina-PE	576	1972-73	1977
Mandacaru	Juazeiro - BA	376	1971-72	1971
Maniçoba	Juazeiro - BA	4.197	1975-81	1980
Curaçá	Juazeiro - BA	4.165	1975-79	1982
Tourão	Juazeiro - BA	10.548	1977-79	1979
Nilo Coelho I	Petrolina-PE	13.146	1979-84	1984
Nilo Coelho II (Maria Tereza)	Petrolina-PE	7.165	1994-96	1996

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (2003).

De acordo com Vilela (1991), muitos foram os conflitos ocorridos durante a implantação desses projetos. O PISNC (Figura 4), objeto desta pesquisa através de seu Núcleo 4, sofreu várias modificações e interferências de sua concepção por volta da década de 60 até a implantação em 1979. Tais modificações são provenientes desde questões políticas até questões técnicas. Para este autor, o projeto deveria ter sido instalado na cidade de Juazeiro-BA, uma vez que aquela cidade apresentava melhores condições para o seu desenvolvimento. Na concepção inicial o sistema de irrigação deveria acontecer considerando-se a gravidade dos terrenos, através do bombeamento da água diretamente do leito do Rio São Francisco, dessa forma, a área irrigada teria menores proporções, atingindo cerca de 6.000 ha. Segundo Vilela (1991), esta estimativa da área foi originada através de estudos de viabilidade técnica promovida pela Superintendência para o Desenvolvimento do São Francisco (SUVALE), ainda na década de 60. Entretanto, novos estudos encomendados pela CODEVASF, instituição criada a partir da SUVALE, vieram promover várias alterações, tanto políticas como quanto técnicas a exemplo da localização do projeto, o sistema de irrigação a ser utilizado, e a captação da água. Esta passaria a ser fornecida pela barragem de Sobradinho. Além dessas alterações, consta também o aumento da área a ser irrigada que atingiria, assim, cerca de 20.000 ha dilatando, conseqüentemente, os custos e os prazos para a conclusão da obra.

Dessa forma, o projeto foi concebido através de estudos realizados a partir da década de 60, sendo financiado pelo governo federal e a Organização das Nações Unidas (ONU), através do Banco Interamericano (BID). De acordo com Vilela (1991) foram agências executoras a Food and Agriculture Organization (FAO) pela ONU e a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) pelo Brasil.

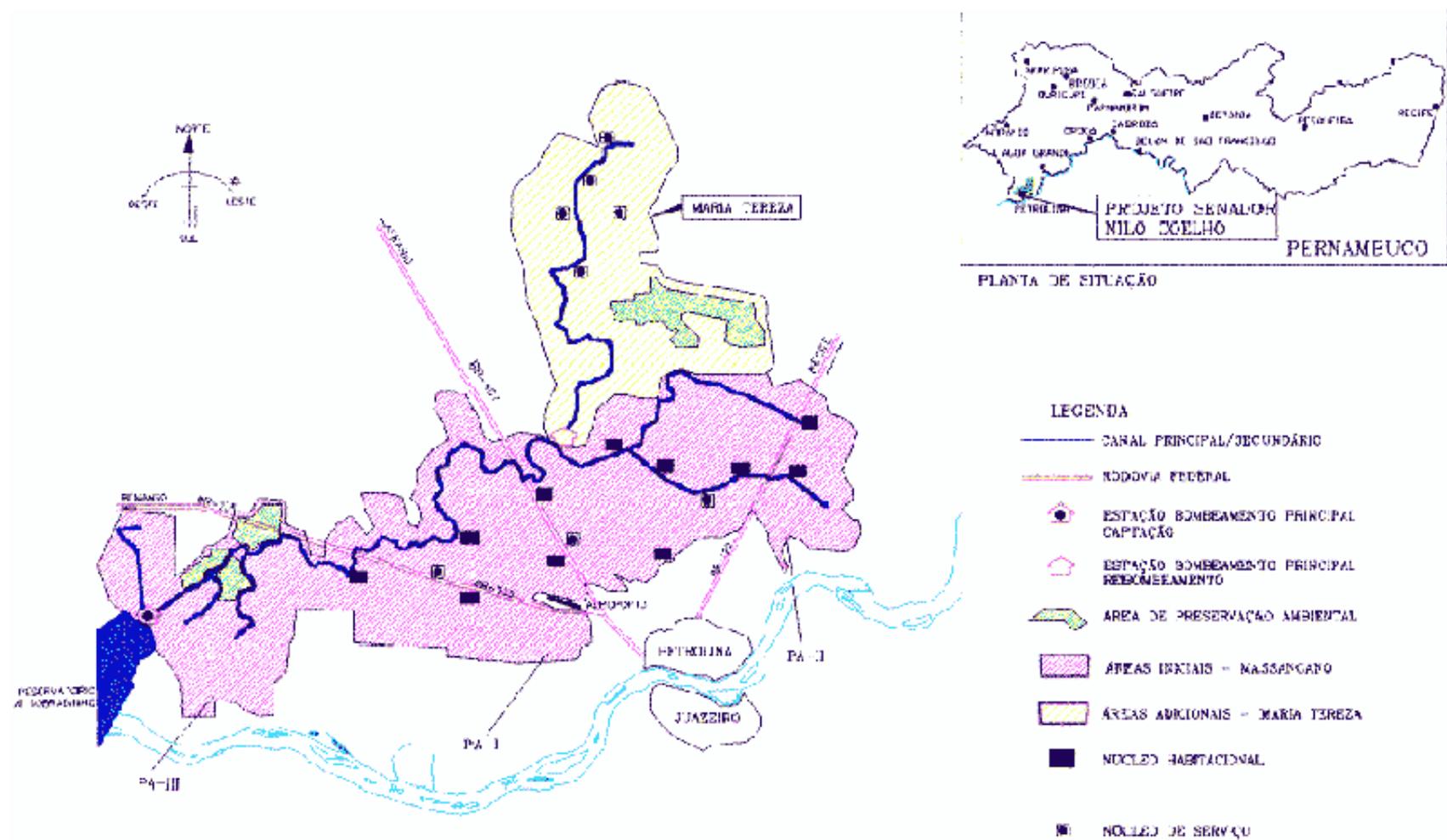


Figura 4 – Localização do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho.

Um grande projeto que terminou por contribuir para a viabilização da irrigação foi a construção da barragem de Sobradinho. Construída para atender às indústrias petroquímicas da Bahia com a geração de energia, também solucionou o problema das enchentes através do controle da vazão. No entanto, para isto, deixou sob as águas boa parte daquelas terras consideradas férteis e desalojando milhares de pessoas, segundo Bloch (1996, p. 22). Estas, além de perderem suas terras, casas, lavouras e animais, perderam, acima de tudo, sua identidade como comunidade e cultura construída ao longo do tempo, visto que muitas das atividades agrícolas, artesanais e folclóricas se perderam com a dispersão de seus atores. Isto pelo fato de terem sido assentados em várias agrovilas e que o parentesco ou a vizinhança não tenham sido considerados como critérios de assentamento. Essa situação se aplica também aos desapropriados do PISNC, que também foram dispersos, recebendo os lotes “aleatoriamente” ao longo da área do Perímetro, segundo informações de funcionários da CODEVASF.

Para Daou, citado por Aquino (2004), 80% daquela população era composta por camponeses que trabalhavam em regime de economia familiar, viviam às margens e ilhas do trecho onde se instalou o lago de Sobradinho. Por outro lado, com o controle da vazão das águas propiciado pela barragem, parte dessa população e outras ao longo do rio passaram a utilizar a irrigação artesanal, valendo-se de motores a diesel movidas a bombas para irrigar pequenas áreas fora dos perímetros irrigados.

De acordo com Vilela (1991), a política de irrigação fazia parte do programa de desenvolvimento do Nordeste a ser gerenciado pela SUDENE, assim era destinada aos principais vales da região devido à disponibilidade de água e, conseqüentemente, ao seu potencial produtivo. Às demais regiões do Nordeste foram destinadas outros tipos de programas atendendo às suas especificidades. Estudos realizados pelo BID afirmam que “os perímetros públicos atuaram como centros catalisadores do desenvolvimento de *clusters* de fruticultura tropical diversificada, cujas possibilidades eram antes totalmente insuspeitadas” (BID, 2003).

Assim o Projeto entra em funcionamento no ano de 1984, com apenas uma parte da estrutura montada. A outra só seria concluída em 1996, sendo essa última área denominada Projeto Maria Tereza, conforme Tabela 1. Em

relação ao funcionamento do Perímetro, o BID (2003) “*afirma que um significativo número de áreas irrigáveis, encontra-se [...] com infra-estrutura incompleta, que poderia ser facilmente concluída, em curto prazo, com inversões relativamente modestas*”. Ainda segundo o BID (2003), esse tipo de investimento deve ser considerado como estratégico e prioritário antes do início de novos perímetros irrigados.

2.2. Infra-estrutura para a fruticultura

Para além dessa infra-estrutura incompleta de que fala o estudo do BID, a estrutura macro já havia sido montada. Segundo Silva (2001), grandes obras de investimentos públicos marcaram a região na década de 1950 e 1960. Destacam-se as áreas de transporte com a construção de rodovias pavimentadas para facilitar o deslocamento de passageiros e cargas entre os estados do Nordeste e Sudeste, os quais trouxeram benefícios diretos tanto para Petrolina como para Juazeiro, exatamente por se localizarem em um entroncamento que liga vários estados do Nordeste; a energia elétrica foi outro setor bem desenvolvido na região. De acordo com Bloch (1996, p. 22), na década de 1970, a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF) havia construído duas unidades de energia elétrica em Paulo Afonso-BA. No final das décadas de 1970 e 1980 foram construídas as barragens de Sobradinho e a de Itaparica, respectivamente, estas, embora tenham como objetivo principal o abastecimento das indústrias petroquímicas da Bahia, acabaram por favorecer a política de irrigação do governo. Dessa forma, as águas para irrigação seriam retiradas daquele que seria o maior lago artificial da América Latina, a Barragem de Sobradinho, e não do leito do rio, como projetado inicialmente.

2.3. Órgãos de fomento à agricultura irrigada

Para completar a infra-estrutura que se montava para a viabilização da agricultura irrigada foi criado, na segunda metade de década de 1970, o Centro de Pesquisa Agropecuária para o Trópico Semi-Árido (CPATSA) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que abriu “novas

perspectivas para a consolidação do novo padrão de desenvolvimento da região” (Silva, 2001). Ainda de acordo com este autor, as estações experimentais de Bebedouro e Mandacaru foram assumidas por essa Instituição de Pesquisa, que contribuiu para o desenvolvimento de práticas racionais de cultivo e tecnologias que viabilizaram economicamente a fruticultura na região e delinearão o modelo ainda hoje utilizado no Vale.

Observa-se que a região está dotada de diversas instituições que objetivavam o desenvolvimento do Nordeste. Contudo, Bloch (1996, p. 23), a partir de documento do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), afirma que, embora possuíssem objetivos comuns, promovendo ações setoriais sobre o mesmo espaço físico e, às vezes, sobre a mesma população, tais instituições demonstravam falta de sintonia, seguindo em direções opostas ou concorrendo entre si. Entre as instituições públicas que atuaram e atuam para o desenvolvimento do Nordeste destacam-se, segundo a pesquisa do CEDI, a CHESF, responsável pelo reassentamento dos atingidos por barragens, promove a agricultura irrigada nas agrovilas, mas com produção ainda precárias; a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), que tinha como função difundir a irrigação entre os agricultores das áreas ribeirinhas; foi substituída em 1967 pela SUVALE, que nesta fase privilegiou a colonização em Perímetros selecionados, por sua vez foi extinta em 1974, sendo criada a CODEVASF com o objetivo de coordenar o desenvolvimento do Vale. Esta priorizou a iniciativa privada, de acordo com Bloch (1996, p. 22); há ainda a EMBRAPA (CPATSA) criada em 1974, responsável pela pesquisas e desenvolvimento de tecnologias para convivência com a seca; a SUDENE criada em 1959 pelo governo federal agia diretamente no polígono da seca (Figura 2) foi extinta em 2001; O Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS); o INCRA, responsável por reformas agrárias; O Banco do Nordeste do Brasil (BNB), responsável pelos financiamentos; o Projeto Nordeste – PAPP instituição de apoio ao pequeno agricultor a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA-BA) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado (EMATER-PE) responsáveis pela extensão rural.

Para Silva (2001), as ações desses e de outros órgãos foram essenciais para o desenvolvimento da agricultura irrigada e por consequência, da fruticultura. Entretanto, segundo Bloch (1996), a falta de articulação, o

excesso de burocracia e a pouca ação que beneficiasse, de fato, a população pobre eram características desses órgãos públicos. De acordo com esse autor, a elaboração de um plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (PLANVASF), em conjunto com a Organização dos Estados Americanos (OEA), representa uma tentativa de integrar esses setores em um objetivo comum. O PLANVASF que orienta as ações para o Vale São Francisco como todo, encontra-se em fase de funcionamento, gerenciado pela CODEVASF.

De qualquer forma, o próprio Silva (2001, p. 86) aponta como falhas as ações realizadas por alguns desses órgãos por serem setORIZADOS, temporalmente descontínuas e institucionalmente instáveis, uma vez que mudanças de dirigentes poderiam acarretar a paralisação ou a falta de compromissos com a continuidade dos programas anteriormente iniciados. A despeito dessa desarticulação, Silva (2001) destaca que a década de 1970 representa

um período de investimentos decisivos que culminaram com a constituição de um pólo agroindustrial no eixo de influência das cidades de Petrolina-PE e Juazeiro - BA, definindo um novo modelo de crescimento e de desenvolvimento da região, com sua integração à economia nacional (SILVA, 2001, p. 86).

2.4. A distribuição dos lotes para os colonos

Para a implantação do Projeto procedeu-se à desapropriação de terras e o processo de seleção de colonos. O documento intitulado Relatório Final dos Trabalhos Executados pela Comissão de Seleção de Colonos do Projeto Massagano da CODEVASF (CODEVASF, 1983) registra que após a desapropriação, foi realizado um processo seletivo para a escolha dos colonos que receberiam os lotes do PISNC. O documento informa que o processo seletivo foi realizado em quatro fases, durante o ano de 1983. A partir de divulgação através dos meios de comunicação (rádios de várias cidades) a população desapropriada e, ou, desalojada foi convidada para receber “informações gerais a respeito do projeto”². Nesta ocasião foi distribuído, além de senhas de inscrição, um termo de desistência, para preenchimento pelos desalojados/desapropriados não interessados em concorrer aos lotes. Na

² Estas informações não estavam descritas no documento.

ocasião era marcada uma nova data para o recolhimento do termo ou para a entrevista, dependendo da decisão do candidato. Atendidos a esses candidatos, procedeu-se nova divulgação, dessa vez o público alvo era a população em geral que tivesse interesse em participar da seleção. Foram inscritas pessoas das mais diversas localidades³, mas basicamente de cidades circunvizinhas, sobretudo, cidades nordestinas.

A segunda fase constituiu de uma entrevista com todos os candidatos realizada por cinco pessoas da CODEVASF, que atendiam a uma média de 80 pessoas por dia. O candidato respondia a questões relativas à composição familiar, experiência agropecuária, entre outras. Naquele momento era emitido parecer sobre cada candidato. Não foi explicitado de que forma era emitido esse parecer, mas infere-se que atendiam a critérios subjetivos, uma vez que se dava no momento mesmo da entrevista.

O questionário aplicado abrangia outros aspectos da vida do candidato como documentação pessoal, origem, número de membro da família, nível de renda, nível de escolaridade, atividades desempenhadas durante a vida e no momento atual, acesso a crédito rural, tipo de moradia, opinião sobre a desapropriação e sobre o projeto. Enfim, um questionário extenso que apresentava cerca de 150 itens e subitens.

A terceira fase do processo se deu pela contagem dos pontos e tabulação dos dados. A quarta fase foi a classificação geral dos candidatos que ficou assim considerada: desapropriados classificados: 399, não desapropriados classificados: 1.110. O documento registra ainda que foram atendidos todos os critérios definidos para a seleção dos colonos.

Terminada esta etapa foi dado início ao processo de capacitação dos novos colonos por equipes da CODEVASF. É importante salientar que a despeito de ter sido considerada uma etapa tranqüila, durante a entrevista, ao serem perguntados sobre sua opinião a respeito da desapropriação das terras para a implantação do Projeto, 70% se recusaram a responder, “demonstrando insatisfação”, conforme registra o próprio Relatório da Comissão de Seleção.

³ O documento registra que foram distribuídas 7.295 senhas, compareceram 4.438 candidatos, sendo que 416 eram consideradas desalojadas ou desapropriadas.

2.5. Estruturação do perímetro

A distribuição de lotes aos irrigantes do PISNC previa, já em seu projeto inicial, o atendimento à pessoa física e à pessoa jurídica, destinando à primeira, uma área de maior proporção devido ao caráter social de que se revestia o projeto, beneficiando, desta forma, aquela população mais sujeita a sofrer as intempéries das secas (VILELA, 1991). Contudo, com o desenvolvimento do Perímetro esta política sofreu modificações e o excessivo número de colonos que repassou seus lotes a empresários ou a colonos mais capitalizados, aumentou expressivamente o número de empresas que operavam dentro do Perímetro (VILELA, 1991).

Para o funcionamento foram organizados por toda a área do Projeto, conforme Tabela 2, núcleos agrícolas e centros comerciais estes últimos possuíam o objetivo de abastecer comercialmente os núcleos. Nestes centros também moravam os funcionários que davam apoio técnico aos núcleos. Entretanto, com o crescimento das cidades que praticamente invadiram os núcleos agrícolas levando o comércio até os colonos, esses centros perderam sua função comercial. De acordo com relatório da empresa Engenharia e Planejamento Ltda. – Hidros (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO – CODEVASF, 1986), o projeto foi desenvolvido para colonização em lotes de 6 ha, com vários núcleos habitacionais, os quais incluíam urbanização, residências construídas em alvenaria com sala, cozinha, sanitário, área aberta de serviço e dois quartos, construídas, segundo o relatório, em função da posição do sol. Possui também, rede e reservatório de água e energia, construções como escolas infantis, ambulatório, oficina, galpões, e sedes de gerências e cooperativas e outras áreas para estacionamento e lazer.

Segundo relatório da Codevasf (1986), os núcleos habitacionais foram posicionados em locais que permitissem um afastamento máximo de aproximadamente 4.000 m até o associado mais distante, com a finalidade de facilitar o deslocamento diário do colono. Cada Núcleo tem forma circular onde centralizado se posicionou a praça de serviços, com áreas para arborização.

Tabela 2 – Núcleos habitacionais e agrícolas distribuídos por todo o Perímetro Nilo Coelho

Núcleo habitacional	Núcleo agrícola	N.º de casas
1	1	65
2	2 e 3	162
3	4 e 5	77
4	6	97
5	7 e 8	136
6	9, 10 e 12	163
7	11 e 13	132

Fonte: Codevasf (1986).

Os centros de serviços compreendiam residências para técnicos e administradores possuindo escolas e postos médicos, com áreas reservadas para feiras livres, igreja, mercado, hotel, restaurante, jardim e clube recreativo. Estas estruturas foram totalmente modificadas com agregação de grande número de trabalhadores que passaram a residir no núcleo, o qual vem recebendo novas construções tanto residenciais, como comerciais.

De acordo com o Relatório da Hidros (CODEVASF, 1986), a maioria dos irrigantes era agricultores locais originados de áreas de sequeiro, portanto, sem qualquer tradição em agricultura irrigada. O Relatório Final dos Trabalhos Executados pela Comissão de Seleção de Colonos do Projeto Massagano da CODEVASF (CODEVASF, 1983) estima que cerca de 30% dos colonos que receberam lotes eram oriundos das terras desapropriadas. Estes sofreram um lento processo de assimilação operando com deficiência, com aumento de custos e prejuízos. O referido Relatório salienta que apesar disto, esses colonos acreditavam no projeto e visualizavam a irrigação como a resposta para os seus problemas sociais e econômicos. Entretanto, como se observa ao longo deste estudo, este sonho não se concretizou e boa parte dos que receberam lotes inicialmente, não se encontra mais no projeto, pelos menos, não na condição de colono.

Um aspecto interessante a ser ressaltado, diz respeito aos produtos que o Relatório da Hidros, sugere como viáveis a serem implantados na região, destacando as condições técnicas para plantio, assim como os estudos realizados a respeito de mercados. Entre essas culturas foram citadas: a produção de semente de espécies graníferas e hortícolas, tomate, uva para fabricação de vinho, algodão, cebola, bata inglesa e alho entre outros, muitos das quais nem tiveram seu cultivo iniciado até 2006.

O estudo ainda sugere um padrão de cultivos para formulação de modelo de exploração agrícola como a utilização de duas culturas de ciclo curto na mesma área, em que uma delas deve adequar-se ao período chuvoso; não monocultura, mas um limite de quatro culturas para que o colono pudesse se especializar em uma determinada linha; dentre estas, duas deveriam ser do tipo anual, sem alto retorno comercial, mas de mercado seguro e outras duas de alta rentabilidade, mas que pudessem sofrer variações de preço. Recomendava-se, também, que em cada unidade não deveria haver duas espécies de uma mesma família botânica para evitar problemas fitopatológicos e ainda, que dois terços da área deveriam ser ocupadas com culturas anuais em rotação e um terço com culturas permanentes. Foram formulados ainda modelos de exploração agrícola de acordo com as categorias de solos existentes no Perímetro, com culturas temporárias e permanentes e ainda com produção de mudas, prevendo também a rotação de culturas para aproveitamento de nutrientes residuais e para redução de problemas fitossanitários.

É interessante observar que a despeito de todas essas orientações, o que pode ser observado nos lotes do Perímetro é a monocultura de determinada frutífera, principalmente nas grandes propriedades, sem a presença de espécies anuais, conseqüentemente, sem a rotação de culturas.

Quanto ao abastecimento de energia elétrica, enquanto os núcleos agrícolas são alimentados a partir da CHESF, os núcleos habitacionais o são pela Companhia Energética de Pernambuco (CELPE). O abastecimento de água para os núcleos residenciais deveria ser realizado pela Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA). Entretanto, de acordo com funcionários da CODEVASF, as estações de tratamento de água existentes em

cada núcleo estão praticamente paralisadas, pois, cabe a cada comunidade a sua manutenção.

2.6. Expansão da fruticultura e seu caráter social

De acordo com Vilela (1991), os programas de irrigação possuíam caráter social com o objetivo de atender aos anseios e reivindicações populares. Através das políticas de irrigação gerenciadas por meio da CODEVASF:

Ao se conjugar o aspecto do nível de participação do Estado no financiamento da irrigação com as pressões populares por soluções duradouras para o problema da seca, passa-se a compreender a opção feita pela burocracia estatal pelos colonos, que se tornaram, inicialmente, nesta primeira fase, [início da década de 1980] os principais beneficiários da grande irrigação no Nordeste (VILELA, 1991, p. 157).

Mesmo com intenção de priorizar os grupos sociais que estavam mais sujeitos às conseqüências da seca, não se deixou de atender também a grupos econômicos interessados nos diversos espaços de valorização de capitais oferecidos pela irrigação (VILELA, 1991, p. 112). Contudo, no decorrer do processo observa-se uma inversão dos sujeitos sociais atendidos que advém da redefinição do papel da CODEVASF, ao invés de priorizar o atendimento ao colono, as empresas recebem prioridade. Segundo Vilela (1991), o apoio aos colonos foi uma opção que contribuiu para o fortalecimento da Instituição. A situação se modificou após o início da consolidação da agricultura irrigada, a partir de 1990. Daí em diante o órgão passa a sofrer pressão de vários interesses econômicos, inclusive daquele poder local que passa também a se beneficiar dessa política. Explica-se assim, as mudanças ocorridas no eixo social de que foi dotada a irrigação (VILELA, 1991, p. 165).

Consolidando-se a irrigação, é crescente o número de empresas à jusante e à montante da produção. Enquanto os colonos perdem importância em relação à estratégia de modernização implementada pelo Estado, foram instalando-se na região empresas fortemente beneficiadas por incentivos do governo. Segundo Vilela (1991, p. 115), estas foram adquirindo pequenos lotes, constituindo assim, lotes maiores que passaram inclusive, a concorrer com os colonos no fornecimento de matéria-prima às agroindústrias e

fortalecimento da concentração fundiária dentro do projeto, uma vez que fora dele isto há muito já se verificava. Citam, também, empresas que comercializavam insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, embalagens para alimentos essenciais para o sucesso da produção. Destacam-se ainda, as empresas de transformação industrial, principalmente de doces, extratos, geléias e conservas, enfim um verdadeiro complexo agroindustrial que atendia à demanda dessa agricultura ascendente. Silva (2001, p. 87) confirma que o favorecimento do Estado para a implantação dessas empresas nos projetos públicos envolveu estratégias de apoio como isenção fiscal, subsídios fiscais e financeiros, no final dos anos de 1970, visto que naquele momento a prioridade era a agroindústria.

Neste período as políticas públicas visavam à modernização da agricultura no país e as estratégias incluíam as agroindústrias de insumos e de transformação. De acordo com Silva (2001, p. 83), “O sentido fundamental dessas políticas era, portanto, articular a modernização agrícola com a constituição de um pólo agroindustrial”.

Com o fortalecimento da agricultura irrigada, vários produtos foram sendo testados pelas empresas, outros sendo substituídos, diversificando o sistema de produção, que, naquela época se concentrava na cebola. Segundo dados do IBGE, culturas como cana-de-açúcar e tomate tiveram a área de produção ampliada em mais de 1000% entre o período de 1975 e 1985. A cana tinha como destino Agrovale, empresa instalada no município de Juazeiro-BA. De acordo com Silva (2001), esta empresa passou a ser responsável por 100% da matéria prima de que necessitava. Já o tomate, uma das culturas mais expressivas no período, era produzido por pequenos produtores, tendo como destino as agroindústrias. Estas tinham fornecimento garantido através de contratos diretos ou através de cooperativas (SILVA, 2001, p. 89).

Neste período a fruticultura não possuía grande expressividade, sendo produzida em pequena escala. Contudo, isto começa a se modificar a partir de 1985, consolidando-se na década de 90. De acordo com Silva (2001), a uva de mesa foi a principal cultura a ser cultivada em larga escala por empresas agroindustriais do setor vinícola. Foram experimentadas variedades de melão e melancia, mas o impulso para a ascensão da fruticultura se deu com incentivos de empresários paulistas. Estes se instalaram na região com grande tradição

na produção de hortifrutícola e, conhecendo o potencial comercial, incentivaram os colonos a investirem em uva, manga e outras frutas intercaladas com melão, melancia e tomate.

Observa-se que a fruticultura começa a conquistar espaço, como destaca Silva (2001, p. 102), “a evolução da área plantada com fruticultura ocorre, portanto, em detrimento das culturas de ciclo curto que faziam parte do tradicional sistema de produção desse Perímetro irrigado”. Há de se concordar com o autor quando diz que a expansão da fruticultura com proporções agrocomerciais representa o início do rompimento com a lógica da agroindustrialização e através da instalação de complexos agroindustriais visava, exclusivamente, ao processamento de frutas e vegetais.

A crise econômica que afeta todo país na década de 80, caracterizada pela retração do financiamento baseado no crédito subsidiado, atinge profundamente a agricultura irrigada e a economia local. Com a instabilidade das políticas agrícolas e de financiamento da agricultura, a retirada das políticas de apoio e fomento para a agricultura, fez-se necessário maximizar os lucros por hectare irrigado para fazer face às despesas e investimentos.

Em conformidade com Silva (2001), as culturas produzidas no Perímetro não se faziam suficientes; por isto, os colonos e empresários viam a produção de ciclos curtos definharem sem oferecer condições para que se cumprissem seus compromissos, enquanto a fruticultura continuava em expansão. Desta forma, acelerou-se o crescimento da fruticultura, vez que esta despontava como alternativa de cultivo para a saída da crise.

Observa-se neste momento de crise a ação de vários pequenos e médios produtores capitalizados que, com a aquisição de lotes de colonos endividados, objetivavam mercados mais sofisticados, interna e externamente. Mas acentua-se, por conta da crise, um processo de exclusão de agricultores, principalmente os pequenos colonos, que representando a maioria não tinham condição de arcar com os investimentos iniciais da fruticultura. Assim foram obrigados a repassar seus lotes e empreendimento numa seleção chamada “natural”⁴. Entretanto, Cavalcanti e Silva (1999, p. 156) apontam como

⁴ Representantes de órgãos como CODEVASF consideram que o repasse dos lotes pelos colonos se deu pela falta de capacidade técnica e de gerenciamento, sendo, portanto, natural esse repasse para aqueles que não possuíam essa deficiência (capítulo 5).

possíveis fatores que contribuíam para o repasse dos lotes a falta de experiência com os cultivos; a comercialização e a falta de condições ou habilidade para acompanhar os juros e taxas de impostos para o manuseio do crédito. Ainda de acordo com estes autores, existe também a crítica de que não houve investimentos em educação e gerenciamento do empreendimento, sendo esta uma das possíveis causas desse repasse de lotes. Os colonos tiveram que vender seus lotes e assumiram papel de assalariado dentro da terra que um dia fora sua ou dentro de outras empresas do perímetro. Citando o Relatório da Comissão Pastoral da Terra, Bloch (1996, p. 43) conclui que “entre aqueles que não se beneficiaram com a transferência agrícola estão os que [...] não conseguiram acompanhar o processo, por falta de meios para pagar os custos da modernização”.

Nesse mesmo cenário de crise, observa-se também sensível queda do complexo industrial montado para atendimento à agricultura irrigada, liderado pelos processadores de tomates, cultura esta fortemente afetada pela crise.

2.7. Relações de trabalho na agricultura de sequeiro e irrigada

No cenário de desenvolvimento da fruticultura surgem novas relações de trabalho na composição dos processos produtivos, assim como novos atores passam atuar de acordo com as demandas de mercado. Da mesma forma, outros sujeitos da agricultura tradicional se vêem obrigados a se mobilizarem e aprenderem novas atividades ou se adequar para não serem excluídos do mercado. De acordo com Silva (2001, p. 113),

na gestação da exploração frutícola, combinam as mais diversas formas de contratos de trabalho e serviços, envolvendo o assalariamento (permanente, temporário, por tarefa), parcerias, consultorias técnicas, terceirização de algumas etapas dos processos produtivos e de pós-colheita.

Atraídos pelo desenvolvimento do pólo, chega às duas cidades grande contingente de trabalhadores na busca de inserção nesse mercado. Em alguns casos, isto acontece porque as formas de trabalho na agricultura de sequeiro, como arrendamento e as parcerias, não são suficientes para segurar o pequeno agricultor em suas localidades. Este procura no assalariamento na fruticultura melhores condições para a reprodução de seu grupo social, conforme será melhor detalhado no capítulo 4.

2.7.1. Relações de trabalho na agricultura de sequeiro

O avanço da fruticultura no dipólo Petrolina/Juazeiro provoca também grandes modificações nas duas cidades. Uma das mais significativas diz respeito ao aumento populacional. De acordo com Vilela (1991), a retenção da população na região constituía um dos objetivos dos projetos de irrigação. Considerando-se a região do Nordeste do Brasil, de fato, este objetivo foi atingido, pois segundo Gonçalves (2001), os pólos de desenvolvimento regionais atraem grande número de trabalhadores evitando, assim, deslocamentos mais longos e tradicionais, como ao sudeste e centro-sul do país. Entretanto, ao se considerar a região do Submédio São Francisco, especificamente Petrolina e Juazeiro, observa-se um aumento expressivo da população desde a implantação do PISNC, contudo, sem investimentos sociais e de infra-estrutura na mesma proporção para atendimento a essa população que chega.

Os trabalhadores assalariados que superlotam as duas cidades nos períodos de colheitas são oriundos de localidades onde se pratica a agricultura de sequeiro. Estes aproveitam os períodos de chuvas para plantarem pequenos roçados, sendo liberados em seguida para desenvolverem trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades locais ou dos pólos de desenvolvimento, a exemplo de Petrolina e Juazeiro. Neste período os familiares ficam responsáveis pelos roçados, de acordo com Andrade (1980, p. 179).

Ainda de segundo este autor, morando em determinada propriedade o trabalhador divide seu trabalho entre suas culturas e do patrão, tendo, muitas vezes, que pagar a renda da terra ao patrão com dinheiro, parte da produção ou trabalhar gratuitamente alguns dias da semana para o patrão. Esse sistema conhecido na região como “*cambão*”, e também por sujeição é considerado um aluguel exorbitante. Tais trabalhadores consistem de foreiros, vaqueiros e meeiros – sistema em que os proprietários fornecem a terra e as sementes e o agricultor trata do roçado. Na colheita, os proprietários recebem metade da produção e os restos das culturas para alimentar o gado; ao agricultor cabe a outra metade e outras hortaliças que por ventura tenha cultivado.

Relação de trabalho semelhante é encontrada entre agricultores da produção de cebola realizada principalmente na cidade de Cabrobó-PE através do sistema de meia. Segundo Andrade (1980), os meeiros recebem os insumos necessários à produção, mas são obrigados a vender toda a produção pelo preço corrente de mercado ao proprietário da terra. Este a repassa para os grandes centros, principalmente do Sul do Brasil. Quando o proprietário cultiva a cebola utiliza-se de mão-de-obra assalariada nas fases requeridas pelos tratos culturais, contudo, esta não é uma prática freqüente e, apesar do avanço da fruticultura e da acentuada queda nas culturas anuais, a cebola ainda ocupa um lugar representativo na economia da região.

No plantio da cana-de-açúcar (cultivada largamente em vazantes em áreas irrigadas até a década de 60), observa-se relação semelhante. O agricultor recebia insumos, sendo responsável pelos tratos com a plantação em todas as suas fases, em que o produto final era dividido pela metade e o agricultor recebia sua parte em dinheiro ou em produto. Resolvendo plantar ele mesmo, o proprietário se utilizava da mão-de-obra assalariada, pagando-lhes os valores de mercado. Esse produto tinha como finalidade a produção de rapadura que abastecia o Nordeste. Hoje se destina a produção de açúcar, contudo a produção se dá em grande escala, principalmente no Projeto Mandacaru, localizado em Juazeiro-BA.

Possui destaque principalmente nas regiões de sequeiros, propriamente ditas, a figura do vaqueiro. Esse é responsável por fazendas de gado, cuida do rebanho e administra a fazenda. Sua remuneração na maioria das vezes é feita pela “*quarteação*” – sistema em que o vaqueiro recebe um quarto dos animais que nascem na fazenda. Alguns proprietários permitem que estes animais sejam criados na própria fazenda. Outros, temendo que o vaqueiro relegue melhores cuidados aos próprios animais ou ainda temendo que estes vaqueiros venham a se transformar também em fazendeiros, descartam a possibilidade, exigindo que o empregado, venda todos os animais imediatamente após a partilha. Assim, são freqüentes os casos em que os vaqueiros são remunerados semanalmente extinguindo-se aquele sistema de remuneração. De acordo com Andrade (1980, p. 184), “*depois que o proprietário eliminou a quarteação [...] o pagamento é considerado pelo vaqueiro o esbulho parcial do seu trabalho*”.

De acordo com Andrade (1980), esses meeiros, posseiros, e arrendatários, de modo geral, que cultivam a terra alheia por conta própria e pagam determinada renda aos proprietários, não possuem garantias contra os interesses ou prepotência destes, devido a leis omissas ou não atualizadas e, principalmente, pela imensa distância entre o poder econômico e político que caracteriza os dois atores sociais.

Esses trabalhadores e pequenos proprietários trabalham a terra em condições muito precárias ou prestam serviços em jornadas de trabalho que ultrapassam as 10 horas diárias, muitas vezes, com salários insuficientes para garantir sua sobrevivência com dignidade são obrigados a lançar mão de deslocamentos temporários ou permanente na busca pela reprodução social. São estes que lotam as grandes cidades estabelecendo-se em barracos e favelas aumentando consideravelmente os problemas sociais próprios dos centros urbanos.

2.7.2. Relações de trabalho na agricultura irrigada

No que se refere à geração de emprego na fruticultura irrigada, dados do Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho (2004) dão conta do grande número de postos de trabalho criados com a implantação do PISNC. Contudo para Bloch (1996), este número ainda encontrava-se aquém do contingente que chega a cidade em busca de trabalho. Para Silva (2001) e Cavalcanti e Silva (1999), o número de postos de trabalhos tende a ser reduzido pela mecanização cada vez mais crescente, inovações tecnológicas e pela exigência cada vez maior do nível de qualificação desse trabalhador.

De acordo com Silva (2001),

[...] mudanças na base técnica da produção, como utilização de novos equipamento automatizados, de novas técnicas de manejo cultural, aliadas à estratégias de escalonamento da produção, é possível uma melhor otimização do uso da mão-de-obra e a tendência é a redução na relação emprego/hectare de fruta cultivado (SILVA, 2001, p. 224).

De acordo com este autor, observa-se a criação de vários novos postos de trabalho cada vez mais tecnificados, que por conseqüência, reduz oportunidades daquele trabalhador de tarefas básicas. Cabe ao trabalhador operar máquinas e equipamentos com tecnologias sofisticadas colocadas à

disposição do processo produtivo que se consolida com a fruticultura. Para Cavalcanti e Silva (1999, p. 273) e Silva (2001), a incorporação de sistemas automatizados de irrigação localizada e de fertirrigação, por exemplo, otimizam a irrigação, permitindo o funcionamento à noite e reduzem ou extinguem postos de trabalhos específicos da irrigação tradicional, a exemplo dos remanejadores de tubos e aspersores, controladores da irrigação e adubação.

De acordo com Cavalcanti e Silva (1999, p. 265-266), para a seleção, empacotamento e resfriamento de frutas dão-se preferência ao uso de máquinas que evitem ou diminuam o contato manual, reduzindo por consequência, os riscos de contaminação dos produtos. Um exemplo dessas máquinas são as usadas nas *packing houses*. Ainda assim, o trabalho manual mantém seu espaço, principalmente nas fases de colheita e embalagem das frutas. Em se tratando da uva, demanda o trabalho feminino, a manga o trabalho masculino e misto para as demais frutícolas, tendo em vistas as fases produtivas das culturas.

Outro processo que se observa, de acordo com o autor, é a terceirização do trabalho. Para Silva (2001, p. 231), atividades de drenagem, produção de mudas, construção de cercas, instalação de equipamento e mesmo implantação de culturas, por se constituírem tarefas realizadas apenas uma vez nas áreas de produção, não justificam investimentos, de forma que as unidades produtivas lançam mão de empresas terceirizadas.

Para as atividades do ciclo produtivo, os fruticultores podem optar por formar equipes de trabalhadores especializados na própria unidade de produção, contratando-os como assalariados permanentes ou como assalariados temporários, estes últimos representam mão-de-obra complementar. Outra opção é a contratação de todo o serviço às empresas terceirizadas. Para Silva (2001), trata-se de serviços que envolvem mão-de-obra especializada em práticas delicadas, como raleio de botões florais e bagas, polinização, podas de produção, colheita, seleção, classificação, embalagem, entre outras, cujos resultados se refletem diretamente na produção e principalmente, na qualidade dos produtos. Por se tratar de atividades que exigem habilidade, tais trabalhadores se diferenciam daqueles trabalhadores temporários não qualificados, mas encontram-se da mesma forma marginalizados dos benefícios próprios de legislação trabalhista, pelo

tipo de contrato a que se sujeitam, na maioria das vezes, temporários com tempo determinado, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Trabalhadores temporários e permanentes ocupados na fruticultura irrigada em Petrolina e Juazeiro

Trabalhadores da fruticultura	Permanentes	Temporários
60.000	25.000	35.000

Fonte: Silva (2001).

De acordo com Cavalcanti e Silva (1999, p. 270-274), o aumento do número de postos de trabalho com a implantação do Perímetro pode ser considerado satisfatório, principalmente na sua fase inicial. Pois, observava-se em média de até seis trabalhadores ocupados por hectare, mas verifica-se uma tendência à redução desse número para até duas pessoas por hectare. Isto é explicado, segundo a autora, pelo próprio desenvolvimento das relações entre produtores e mercados, pelas opções que se apresentam e pelas escolhas⁵ feitas pelos distintos atores sociais inclusive o Estado (CAVALCANTI; SILVA, 1999, p. 278).

De acordo com Silva (2001), pela própria fase em que se encontra a maioria das áreas cultivadas, ao alcançar fases mais avançadas da produção, decresce a necessidade de mão-de-obra para sua manutenção e o uso de tecnologias que tanto permite a redução do tempo gasto para a realização das tarefas quanto reduzem os postos de trabalho para a realização das atividades.

⁵ Em determinada fase do processo produtivo quando grandes investimentos infra-estruturais já foram realizados, é necessário otimizar as ações, sendo demandadas constantes avaliações para tomadas de decisões. Isto não se faz privilégio de um outro ator social, todos inclusive o próprio Estado revendo suas políticas públicas se retrai ou avança de acordo com tais avaliações.

Assim sendo, para Cavalcanti e Silva (1999), mesmo não havendo dados estatísticos⁶ conclusivos e confiáveis sobre a criação de empregos no Vale, observa-se um decréscimo na criação de postos de trabalhos, no final da década de 1990 e início da década seguinte, diretamente ligados a fruticultura irrigada, porém, nota-se uma maior influencia para a criação de empregos indiretos.

Segundo a CODEVASF, a implantação do PISNC é revestida de forte cunho social e objetiva, sobretudo, a geração de empregos para a diminuição da pobreza e a melhoria na distribuição de riquezas. O Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho (2004) apresenta dados relativos ao aumento de postos de trabalhos na região, em que se ultrapassam os 75.000 empregos direta e indiretamente ligados às atividades do Projeto. Dados do BID (2003) informam que a agricultura irrigada propiciou, desde o início do funcionamento, na década de 1980, uma estimativa de 1,3 milhões de empregos rurais e urbanos. O estudo indica não só o aumento de postos de trabalho, mas a melhoria da qualidade dos empregos, melhoria das condições sociais, redução da pobreza na região e ainda, a retenção de migrantes nas cidades pólos de desenvolvimento.

Contudo, a despeito de se buscar nos sites e sedes de órgãos oficiais não foram encontrados estudos que demonstrem melhorias na distribuição de riquezas. O que se observa é a forte concentração nas mãos de empresários e latifundiários instalados nas áreas do projeto e em suas adjacências. Portanto, não se tem conhecimento de estudos que demonstrem a concretização da promessa de desconcentração da posse da terra ou da elevação dos níveis de renda da população local de forma igualitária.

Silva (2001, p. 107), citando a Codevasf (1999), afirma que “numa área de 40 mil hectares, estão instaladas 2.163 unidades de ‘colonos’ e 219 empresas. Estas, no entanto, já detêm 61,7% da área total”. A forma como se deu a desapropriação e distribuição dos lotes pode ter contribuído para esta realidade, pois, os antigos donos das terras e outros assentados acostumados a lidar com uma agricultura tradicionalmente de sequeiro, fruto de experiência

⁶ Não há convergências entre os órgãos oficiais (Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho e CODEVASF) no que se refere ao número de empregos criados a partir da fruticultura.

de uma vida inteira, repassada de pai para filho, se viram obrigados a mudarem radicalmente o seu sistema de produção.

Na visão do economista Damiani (2003), a CODEVASF não encontrou oposição por parte dos proprietários de terra, nem da população que seria deslocada em decorrência da implantação dos projetos. Segundo o autor, isto aconteceu devido aos bons preços pagos, à baixa produtividade das áreas não irrigadas e à baixa densidade populacional da região, e ainda, ao fato de alguns desses agricultores serem beneficiados com lotes de terra. Ao contrário de muitos outros projetos, como exemplo do Projeto em Propriá no baixo São Francisco em Sergipe que alcançou grandes resistências por parte dos donos de terras a serem desapropriadas, inclusive com questões judiciais que se arrastaram por muitos anos e causaram atrasos em sua implantação.

Entretanto, verifica-se que cerca de 70% desses colonos que receberam lotes no Perímetro repassaram-nos para grandes empresas que se instalaram na região atraídas pelo potencial produtivo do Vale ou mesmo para empresários locais mais capitalizados. Silva (2001, p. 107) registra que “o pequeno produtor irrigante de projetos públicos [...] vem sendo substituídos por empresários e fruticultores profissionais, quase sempre vindos de outras regiões do país” No Projeto Nilo Coelho, por exemplo, estima-se que apenas 30% dos beneficiários originais permanecem com seus lotes. Para esses que receberam lotes e depois repassaram suas terras devido à “seleção natural”, resta como alternativa o trabalho assalariado em suas antigas propriedades ou outras fazendas do perímetro.

O destaque de outros perímetros públicos subsidiados por recursos governamentais com realidades distintas e ao mesmo tempo parecidas facilita a compreensão da questão do repasse dos lotes. E para caracterizar os efeitos das políticas públicas concretizados por meios desses perímetros de irrigação subsidiados com recursos do governo que objetivam, sobretudo, o desenvolvimento de regiões que enfrentam problemas climáticos, destaca-se alguns desses projetos. A partir desses destaques mostra-se o percentual de irrigantes que repassaram seus lotes e os principais aspectos que motivaram essa atitude.

De acordo com Aguiar Neto et al. (s.d.), o Perímetro Jabibere está localizado no município de Tobias Barreto, estado de Sergipe e possui uma

área total de 362 ha, dividida em 96 unidades familiares, possui uma área média de 2,5 ha por lote. Foi idealizado na década de 1980 pelo governo estadual em convênio com o governo federal. O perímetro fazia parte das políticas públicas para impulsionar o desenvolvimento da região Nordeste a partir da agricultura irrigada. Através desse estudo realizado na área, estes autores mostram alguns problemas que contribuem para um desenvolvimento mediano, do perímetro, a exemplo de problemas técnicos: salinização e compactação dos solos, com a diminuição da capacidade do solo; falta de assistência técnica. Questões sociais: baixa escolaridade e falta de capacitação técnica dos irrigantes etc. Apesar desses entraves os autores mostram que cerca de 85% dos irrigantes que receberam lotes, mantêm-se nas unidades produtivas desde sua implantação. Infere-se daí que são entraves que não chegam a inviabilizar a sustentabilidade do perímetro. Mas reporta-se ao documento do BID (2003) que recomenda que se priorize a manutenção e conclusão de obras inacabadas em perímetros em funcionamento para o aproveitamento integral de sua capacidade antes da implantação de novos projetos.

Os projetos de São Gonçalo, localizado na cidade de Souza que entrou em funcionamento em 1973; o de Arcoverde localizado no município de Condado, funcionando desde 1972 e o de Sumé que entrou em funcionamento também 1973, no município de mesmo nome, todos no Estado da Paraíba sob a jurisdição do DNOCS, foram analisados por Gomes (2006) e apresentam alguns fatores que motivaram o repasse de lotes e a saída dos colonos do Perímetro. De acordo com este autor há um intenso repasse de lotes para segundos e terceiros nos projetos inclusive com cerca de 22% de ociosidade. O autor conclui que a pouca importância atribuída ao que denomina de 'substância cultural' foi um dos aspectos que mais contribuiu para esta situação. Barth (1969), citado por Gomes (2006), afirma que a substância cultural "se traduz no esforço produtivo, na forma como o colono organiza o trabalho, a produção de alimentos, produz categorias sociais e encadeia as ações simbólicas, tendo como aporte a terra". Os colonos assentados nesses projetos, assim como os assentados do Nilo Coelho, possuem tradição na produção de alimentos em áreas de sequeiro e em certo momento lhe é exigido ser eficiente em uma atividade totalmente distinta daquilo em que trabalhou a

vida inteira. Há de se concordar com o autor quando diz que o abandono ou a não valorização da cultura apresenta-se como fator limitante da reprodução e compromete a autonomia que a condição de proprietário da terra poderia conferir.

Outro fator apontado pelo autor a partir do posicionamento do próprio colono diz respeito a sua maneira de pensar a terra em que não cabe sujeição, nem aos órgãos governamentais, nem a terceiros. Assim vivia-se uma situação de falta de autonomia em que as próprias cooperativas eram geridas pelos técnicos do DNOCS, o que terminava por inibir a iniciativa individual ou coletiva dos colonos, estes, por sua vez, sofriam constantes ameaças de expulsão e tomadas dos lotes. Ainda a partir dos colonos, Gomes (2006) coloca que a dificuldade de manter a coesão familiar no trabalho dos lotes, também contribui para a falta de perspectivas de futuro nas unidades e os problemas com a comercialização realizada, fortemente por meio de atravessadores inescrupulosos, são fatores agravantes da situação.

Já para a Coordenadoria Regional dos Perímetros Irrigados na Paraíba, o repasse dos lotes deve-se principalmente aos critérios de seleção paternalistas que selecionaram colonos sem qualquer afinidade real com a agricultura.

Colonos que apresentavam um caráter passivo, sem ambição, individualistas, irrigantes em idade avançada, aposentados e intensa migração dos filhos, sobretudo os mais jovens para os centros urbanos regionais e nacionais.

Outro perímetro que também enfrenta problemas no repasse e abandono de lotes é o Projeto Betume, localizado no Estado de Sergipe e gerenciado pela CODEVASF. Para Silva e Lopes, a implantação desse projeto também integra a política do Plano Nacional de Irrigação e surge como política compensatória para minimizar o impacto que as barragens de Itaparica-PE e de Sobradinho-BA causaram à população beiradeira, os chamados vazanteiros, produtores de arroz nas várzeas dos rios e também pescadores. O objetivo era implantar a rizicultura por inundação associada à piscicultura e suinocultura.

Segundo os autores, o projeto enfrentou problemas desde a fase de desapropriação. Por conter um grande contingente de produtores em minifúndios de até 5 ha, resultou em um número de lotes menor que o número

de desapropriados. O fato foi agravado pela desapropriação de 'ocupantes fantasmas' que terminou por comprometer a credibilidade do empreendimento e a idoneidade dos responsáveis pelo processo. Outro fator que contribuiu para aumentar os conflitos foi, de acordo com os autores, a inadequação das estratégias empregadas e a falta de habilidade para conduzir o processo de desapropriação. Assim, uma sucessão de erros iniciados com o processo de desapropriação e na tentativa de acalmar os conflitos foram distribuídos gratuitamente sementes e adubos.

Desta forma, além de problemas de infra-estrutura, dificuldades para a manutenção de equipamentos, problemas de comercialização da produção, dificuldades na manutenção dos lotes, como o combate aos ratos e lagartas, limpeza dos drenos e canais são apontados pelos pesquisadores, partir de depoimentos de colonos e técnicos da CODEVASF, como principais justificadores para as atitudes tomadas pelos colonos.

No caso do Nilo Coelho infere-se, a partir de estudos de autores como Cavalcanti e Silva (1999) e Silva (2001), que os principais fatores que impulsionaram o repasse dos lotes foram o contraste entre a forma de cultivo tradicional e moderna baseada na adoção de novas tecnologias. No primeiro praticava-se uma agricultura de subsistência com mão-de-obra familiar e comercialização apenas do excedente. No segundo há a necessidade de adoção de práticas distintas, mecanizadas, com aporte tecnológico dinâmico e mão-de-obra assalariada, ao menos sazonalmente, visando à agrocomercialização como forma de desenvolvimento e mesmo de sobrevivência como colono no perímetro. Isto tendo em vista os custos inerentes ao processo produtivo, aliados à falta de recursos para a implantação de culturas permanentes, que demandam certo tempo para o retorno financeiro, gerando, desta forma, dívidas crescentes pode ter contribuído para o repasse. Há de se concordar com Gomes (2006) que é necessário.

um suporte técnico-científico que considere o saber-fazer e o tempo de adaptação dos agricultores, tendo em vista que um fator importante em qualquer projeto centrado numa agricultura moderna, deve valorizar a capacidade reflexiva dos seus códigos e da sua cultura tradicional, tornando acessível os conhecimentos que os mesmos devem adquirir para exercer sua atividades de forma competitiva e competente.

O trabalhador vítima dessa conseqüência do processo de modernização e capitalização da agricultura, expropriado de sua terra (quando a possui) se vê na necessidade de assalariar-se nas grandes empresas agrícolas, executando também tarefas específicas, principalmente aquelas que não podem ser realizadas por meio da mecanização. Também para Cavalcanti e Silva (1999, p. 272), os trabalhadores da fruticultura, são aqueles expulsos de suas terras por não possuírem as condições necessárias à manutenção de suas pequenas propriedades de sequeiros, procurando, portanto, meios de garantirem sua sobrevivência e de sua família nas localidades que oferecem melhores condições para isto. Desta forma, lançam mão da mobilidade geográfica nessa busca.

No entanto, na fruticultura irrigada, a competitividade e a oferta sazonal de trabalho têm deixado à margem grande número de trabalhadores que buscam nas tarefas em feiras livres (comprando e vendendo frutas ou roupas, barracas de comida e lanches), serviços de beleza pessoal, ou as atividades domésticas a forma de garantir a sobrevivência, enquanto não surge o emprego esperado. Outra opção é o retorno para casa, à vida sofrida e previsível até que uma necessidade maior ou a promessa de emprego o empurre de volta à estrada.

2.8. A ação dos sindicatos

Na procura de meios para garantir a sobrevivência, muitos buscam nos sindicatos uma forma de inserção, sendo pequeno, contudo, o número de trabalhadores que acreditam e procuram esta instituição como forma de fortalecimento e melhores condições de atingir o mercado de trabalho. Para Haguette (1992), a sociedade humana consiste de pessoas em ação interagindo no processo social de vida em grupo com regras criadas, mantidas ou modificadas, esta interação se dá entre os indivíduos e consigo mesmo com base no compartilhar de sentidos atendendo às expectativas do grupo. A partir desta acepção verifica-se a importância da organização dos grupos para seu próprio fortalecimento e aumento do seu poder de barganha. Para a autora *“ação grupal ou coletiva consiste de unidades de ação (...) que desenvolve ações para enfrentar situações nas quais elas estão inseridas”*.

Cavalcanti e Mota (2002) registram modificações no que diz respeito à organização desses trabalhadores da região do Submédio São Francisco comparando com outras épocas em que se observava pouca mobilização dos trabalhadores nordestinos, principalmente comparando-se com trabalhadores de outras regiões do setor frutícola como do Alto Valle Argentino.

Há de se concordar com a autora quando diz que

os trabalhadores [...] estimulados pelos índices de crescimento do setor passam a se mobilizar, visando capitalizar, para a categoria, os avanços da fruticultura; insinuam-se pois, disputas por melhores salários e profissionalização, (...) esse é um fato novo na região.

Acredita-se que o ano de 1997 foi muito expressivo para esses trabalhadores, que incluíram entre as ações de pressão junto aos empregadores, o movimento grevista. Maior, entretanto, que as conquistas “concretas” garantidas como a manutenção da convenção de 1994 que enfrentava resistência por parte dos produtores foi a conscientização da importância e da força que tem a união advinda de seu poder de organização a partir da unidade de ação, mesmo que, naquele momento, nem todas as reivindicações tenha sido atendidas. Dentre as conquistas citam-se melhorias nas condições de trabalho (ficou definido que os trabalhadores só voltam aos campos sete horas após a aplicação de agrotóxicos), discussão relativa a treinamentos dos trabalhadores, definição das tarefas, disponibilização de água potável para o consumo, Observou-se, entretanto, que falta ao Sindicato dos Trabalhadores de Petrolina um acompanhamento ou um banco de dados que sistematize as informações de seus membros e ações que ofereçam ao trabalhador condições de fortalecimento nas reivindicações e buscas dos direitos que lhe são inerentes.

3. MARCO TEÓRICO

De acordo com Gonçalves (2001), desde os primórdios da história os seres humanos se movem em busca de melhores condições de vida, sendo o fenômeno algo constante convertendo-se, ao longo da história da humanidade, em um processo de enriquecimento econômico, social e cultural sem o qual não se poderia explicar a sociedade.

Dessa forma, muito mais complexo que o simples sair de uma região para outra, o conceito de migração deve ser compreendido como a oportunidade para aquele indivíduo que opta ou é forçado a se transferir, sozinho ou com a família para uma nova região ou mesmo país, seja por um período de tempo longo ou breve. Contudo, de acordo com Gonçalves (2001), a migração costuma mostrar-se como o lado visível de fenômenos invisíveis, sendo difícil falar em migração sem relacioná-la à pobreza e à exclusão social. O autor ressalta que grandes deslocamentos e pobreza constituem duas faces da mesma problemática estrutural da sociedade brasileira, mas que vinculá-las sem maiores aprofundamentos seria apenas senso comum. De acordo com o autor,

A miséria que se espalha pelas cidades e o esvaziamento do campo têm (...) causa bem mais complexas. Fatores como a crise econômica e o desemprego crescente, as transformações no mundo do trabalho e a precarização de suas relações, entre outras, contribuem decisivamente tanto para o quadro de indigência que se amplia, quanto para os deslocamentos compulsórios da população pobre.

Gonçalves (2001) ressalta que para entender as migrações internas é necessário ter em mente alguns aspectos que fazem parte da formação econômica e política do país e funcionam como verdadeiros entraves para um desenvolvimento social igualitário. Tais entraves de forma direta ou indireta contribuem para provocar ou acentuar a intensidade dos deslocamentos. Dentre estes podem-se destacar a concentração de riqueza, a precarização das relações de trabalho, a estiagem no semi-árido e a corrupção.

Ao longo da história a concentração de terras, riquezas e poder só se fizeram aumentar, alimentada por uma elite conservadora avessa a transformações. Não raro, explodem conflitos na luta pela terra inclusive com mortes para a manutenção da hegemonia fundiária. A falta de uma política agrícola com base em uma reforma agrária que disponibilize terra e condições de trabalho para a produção poderia atenuar tantos deslocamentos. Entretanto, de acordo com Gonçalves (2001), *“a coexistência entre uma elite abastada e a conclusão social da maioria da população é uma realidade da história deste país”*. Para o mesmo autor a precarização das relações de trabalho é fruto do capitalismo que revela grandes contradições, se por um lado desenvolve as tecnologias mais avançadas, ressuscita formas execráveis de trabalho, caracterizada por um mercado informal que acentua a exclusão social. O autor ressalta por outro lado, que a terceirização e flexibilização podem explicar transformações nas relações de trabalho que diminuem os empregos estáveis, multiplicam-se os bicos e obrigam o trabalhador a constantes deslocamentos em busca da sobrevivência. Ainda de acordo com Gonçalves (2001), as estiagens periódicas também estão na raiz das migrações, contudo, seria ingenuidade acreditar que a seca é fator predominante da saída em massa, ela apenas determina a hora da partida. A seca só agrava uma situação fundiária extremamente desigual.

O avanço do capitalismo e suas formas contraditórias de atuação mostram que ao mesmo tempo em que possibilita a introdução de altas tecnologias que otimizam a produtividade, traz consigo a precarização das relações de trabalho impondo ao trabalhador a flexibilização. Esta se caracteriza principalmente pelo aumento dos empregos informais e a demanda de mão-de-obra barata para a realização de trabalhos duros e penosos. A migração tem grande influência sobre a trajetória de sertanejos nordestinos que

tem suas raízes em cidades interioranas do Nordeste, mas desloca-se para vários estados do país em busca de trabalho.

Observa-se que para o nordestino a terra é vista como mãe de onde se tira o sustento; como morada que propicia o enraizamento ou reenraizamento do ser ou como patrimônio que pode garantir o alimento e não como um simples meio de produção que garante a lucratividade e a acumulação (SCOTT, s.d.). Busca-se o trabalho com a terra mesmo que seja através das mais diversas formas de arrendamento, esgotando-se essas possibilidades, resta ao agricultor a saída de sua localidade em busca de meios para garantir sua sustentabilidade. Daí o porquê da decisão de sair em busca dessa condição que pode possibilitar a parada definitiva, o fechamento de um ciclo iniciado e continuado por várias gerações anteriores. Dessa forma, quando as relações de trabalho se esgotam ou não garantem mais a sobrevivência do grupo social, quando a subordinação ao capital atinge seu limite ou quando esse mesmo capital expropria ou expulsa o trabalhador por meio da tecnificação ou adoção de novas tecnologias, resta a esse sujeito social a opção pela estrada. É a partir dessa mobilidade geográfica, em que os citados fatores se configuram como contribuintes principais para saída forçada do trabalhador na busca de novas oportunidades, buscam projetos de governo ou mesmo privados que acenem como meios de se alcançar tais anseios.

É verdade que nesta caminhada outros fatores interferem ou contribuem para a concretização ou a mudança dos sonhos, pois, a falta de qualificação, a baixa escolaridade, a concorrências com outros trabalhadores, as adversidades encontradas nos locais de destino concorrem para mudanças, como a busca de outras ocupações.

Assim a história de vida vai sendo escrita ao longo das gerações, de maneiras tão distintas e ao mesmo tempo tão semelhantes permitindo a permanência de um ciclo que se perpetuam através de pais, filhos, irmãos e outros membros da família, garantindo dessa forma forte mobilidade intra e intergeracional, tanto geográfica quanto ocupacional.

Para completar o quadro de exploração destaca-se outro aspecto que se encontra presente na história e na cultura do Brasil, se trata da corrupção. De acordo com Gonçalves (2001), a apropriação de bens públicos por particulares aumenta a concentração de renda nas mãos de poucos em

detrimento de uma imensa maioria que luta diariamente por condições dignas de sobrevivência. Assim, mesmo que se elejam políticas públicas que visem ao beneficiamento de famílias pobres, ficam prejudicadas por atos de corrupção. A estas famílias largadas à própria sorte a mobilidade geográfica surge como única opção.

Verifica-se a necessidade de adoção de políticas públicas que assegurem ao migrante a condição de viver com dignidade. Segundo Jones (2003), em artigo que ressalta as perversidades e explorações próprias do capitalismo e onde sentencia sua superação por um modo mais eficiente de reprodução social a partir de um tipo especial de cooperação avançada, a exploração do homem pelo homem é uma contradição com a necessidade de cooperação e solidariedade, condição indispensável para assegurar o bem estar de todos. A intensa mobilização que se observa no mundo em geral constitui-se numa tentativa de busca deste bem estar e superação das desigualdades. De acordo com Gonçalves (2001), a mobilidade humana converteu-se em um fenômeno planetário, pois, impelidos a uma mobilidade freqüente em que trabalhadores são atraídos por pólos de desenvolvimento nos mais diversos pontos do país, verificam-se que tais trabalhadores são necessários para a realização de trabalhos, principalmente os mais penosos por se constituírem em mão-de-obra fácil e barata. Entretanto, tem seus direitos negados com base na flexibilização e precarização do trabalho.

Dessa forma, a fome e a miséria levam às estradas, às periferias, à desnutrição, ao sofrimento e à solidão milhões de pessoas em um processo contraditório. Pois, ao direito de ir e vir corresponde o direito de ficar e a saída em busca da sobrevivência impede o exercício de escolha, uma vez que ficar pode significar colocar em risco a própria vida e a de seus familiares.

3.1. Mobilidade geográfica

De acordo com Braido (1980), a mobilidade dos brasileiros é um dos fatos mais impressionantes em sua história. Visto que o deslocamento populacional no Brasil atinge cerca de um terço da população. São muitos fatores de expulsão e de atração, os quais variam de região para região, mas geralmente, é comum os objetivos dos que partem: a tentativa de prover

melhores condições para a reprodução material daquele grupo social que se desloca.

Considerando-se a mobilidade ocupacional e principalmente geográfica, Klein (2000) postula que podendo escolher, as pessoas permanecem em suas comunidades, poucos são aquelas que na ânsia por aventura escolhem sair e procurar mudanças. Segundo o autor, a maior parte das migrações concretiza-se quando há falta de condições de sobrevivência com seus meios tradicionais nas localidades de origem. Klein (2000) apresenta como determinantes para essas movimentações fatores de expulsão e fatores de atração. Para que ocorra o primeiro as condições econômicas são fundamentais, permeando esta questão, são apontados três fatores que merecem destaque: *“o primeiro é o acesso à terra, e, portanto, ao alimento; o segundo, a variação da produtividade da terra; e o terceiro, o número de membros da família que precisam ser mantidos”*. Ainda segundo este autor, o conjunto desses três fatores motivou mais de dois terços dos migrantes nos séculos XIX e XX. Parece que tais fatores ainda são os determinantes para as migrações também no século XXI.

Klein (2000) apresenta também os fatores de atração para a população migrante entre os quais a implantação de grandes obras ou projetos, crescimento da produção industrial ou agrícola. A estagnação de economias e o desenvolvimento de regiões constituem, respectivamente, fatores de expulsão e de atração para trabalhadores que procuram melhorar suas condições de sobrevivência. Há de se concordar com o autor quando afirma que os dois fatores não são excludentes e que a atração e a expulsão não ocorrem em termos absolutos, mas se definem uma em relação à outra, dando-se uma conjugação concreta da necessidade e da oportunidade. Segundo Graziano da Silva (1996), o modelo de modernização instituído no país contribui para a mobilidade geográfica de trabalhadores. Estes, substituídos no trabalho pela mecanização agrícola ou expropriados pelo capital de suas terras ou das fazendas onde residiam, procuram nas periferias das grandes metrópoles, ou em outras áreas urbanas, a colocação no mercado de trabalho, seja como bóias-frias, em tarefas agropecuárias sazonais, seja em atividades não rurais. Para Gonçalves (2001), esse êxodo rural, intensificado ao longo do tempo, ainda pode ser considerado o maior movimento espacial da população brasileira e atinge em maior ou menor grau a todos os estados brasileiros. Um estudo realizado por

estudantes de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), publicado na Folha de São Paulo (PRADO, 2006), mostra que “cerca de 20% da população brasileira é migrante. Boa parte do fluxo migratório é dos que nascem nos Estados do Nordeste para os estados do Sudeste, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo” Contudo, Gonçalves (2001) já apontava que essa urbanização vem sofrendo modificações, uma vez que cidades médias e pequenas vêm recebendo com maior intensidade esse contingente.

O Nordeste tem fortes e históricas tendências migratórias devido a fatores de expulsão como as condições climáticas, econômicas e questões político-sociais. Tais migrações podiam ser observadas ainda na época colonial, quando as crises que afetavam a indústria do açúcar, na Zona da Mata empurrava, parte da mão-de-obra para a pecuária do sertão. Pelas características do trabalho ali desenvolvido a região não comportava toda a demanda migrante, resultando no excesso de mão-de-obra (ANDRIGUETTI, 1998).

Verifica-se, hoje, que políticas compensatórias são instituídas para o trabalhador, a exemplo das frentes de emergências ou frentes produtivas e se configuram para o sertanejo, muitas vezes, como única fonte de renda para atendimento as suas necessidades e da sua família. Entretanto, não resolvem o problema e obrigam o trabalhador a buscar outras opções para garantir sua sobrevivência, entre as quais as migrações temporárias ou definitivas. Tais movimentações que em outras épocas eram maciçamente para a região sudeste ou centro-oeste, hoje têm outras destinações, como pólos de desenvolvimento regional. Referindo-se à região Petrolina/Juazeiro, pólo de desenvolvimento frutícola no Submédio São Francisco, Branco e Vainsencher (2005) afirmam que “o [...] *Submédio São Francisco, lugar de destino da população em estudo, vem despontar tal qual o Éden, frente à aridez das áreas de sequeiro*”, acrescentando ainda, ser a região “*uma exceção fortuita e bem sucedida dentro do contexto da pobreza*”. Contudo, não se pode concordar com as autoras visto que os fortes incentivos do governo federal foram essenciais para a consolidação da região como o pólo que se apresenta atualmente, não se devendo tal fato ao acaso (SILVA, 2001; CAVALCANTI, 1997 e 2000; e CAVALCANTI; SILVA, 1999; ANDRIGUETTI, 1998). E ainda, por se encontrar na região grandes

desigualdades sociais, talvez acentuadas ou provocadas pela implantação do projeto na região.

Outro movimento que interessa especificamente neste trabalho, são as migrações temporárias ou sazonais, responsáveis por grandes deslocamentos de trabalhadores visando às safras agrícolas. Ali permanecem por curto período do ano e retornam posteriormente a sua cidade de origem. Para Gonçalves (2001), tais trabalhadores são oriundos de estados nordestinos, como Bahia, Ceará, Paraíba, dentre outros e têm como destino São Paulo, Mato Grosso do Sul e Pernambuco. Destaca-se, contudo, o número de trabalhadores atraídos para pólos de desenvolvimento no interior dos estados, entre os quais os das regiões de irrigação, a exemplo de Petrolina e Juazeiro.

Esta região diferencia-se dentro do semi-árido nordestino, não somente pela sua agricultura e relações de trabalho aí implementadas, com base no assalariamento e na agricultura familiar, mas também pelas trajetórias dos que para lá acorreram e findaram por influir nas formas do fazer e do viver de sua população (CAVALCANTI; IRMÃO, 1994).

Dessa forma, encontram-se diferentes etnias a partir dos deslocamentos inter-regionais que revelam a itinerância dos mais diversos atores atraídos pelos espaços de expansão da fruticultura

[...] marcam as mudanças na composição da população da região durante as últimas décadas; são japoneses, italianos, chilenos ou descendentes deles que se inserem na fruticultura de varias formas; além desses surgem os chamados 'paulistas' e os 'nordestinos' que contribuem com suas especificidades culturais para o dinamismo da região (CAVALCANTI; IRMÃO, 1994).

Para Martins (1973, p. 19), citado por Botelho (2003, p. 8),

(...) a migração não é apenas a passagem de uma localidade geográfica a outra, mas consiste na transição do sujeito, sozinho ou em grupo, de uma sociedade a outra. Nesse plano, o sujeito não é apenas uma unidade física, um número ou um objeto, mas é alguém que se vincula, pelas suas relações com os outros, a uma sociedade determinada. Do mesmo modo, participa de uma cultura que fornece como referência normas de comportamento apoiadas num sistema de valores. As relações de que participa na sua sociedade original são estabelecidas com base nesses componentes culturais, em graus variáveis, interiorizados na sua personalidade.

Para o estabelecimento desse trabalhador nas cidades de destino é necessário muito mais que força de vontade, visto que, de acordo com os dados da pesquisa realizada pela FGV e divulgados na Folha de São Paulo (PRADO, 2006), demanda-se desse trabalhador senso de sobrevivência para sua inserção no mercado. Isto porque ele compete com pessoas que já estão

estabelecidas e vive em ambiente estranho que lhe exige maior mobilidade na luta pela sua reprodução e de seu grupo social. Assim, é forçado a aceitar a colocação que aparecer, mesmo que nem sempre seja compatível com suas qualificações profissionais, daí a necessidade de se adaptar para garantir a sobrevivência. De acordo com Botelho (1992), citado por Botelho (2003), tais trabalhadores estão

Sujeitos a toda sorte de situações desconhecidas, o que, em se tratando da primeira experiência de migração, implica total desconhecimento da própria atividade que irão realizar, submetem-se a uma dinâmica que contém ritmo, temporalidade e saberes bastante distintos daqueles concernentes à vida camponesa.

3.2. Mobilidade ocupacional

Além da mobilidade geográfica, a mobilidade ocupacional, muitas vezes, surge como alternativa para a inserção do trabalhador no mercado de trabalho. As duas estratégias podem ser utilizadas por esse trabalhador na busca de sua reprodução social e de sua família. Ambos constituem recursos que são disponibilizados pela dinâmica da sociedade dos quais se podem valer para se analisar a mobilidade do trabalhador dentro do estrato social em que está inserido.

A mobilidade ocupacional pode ser uma eficiente estratégia para a reprodução social onde a ocupação principal não se faz suficiente para suprir a necessidade do trabalhador. Assim, verificam-se mudanças ocupacionais, parcial ou total, de acordo com o que é oferecido com o mercado de trabalho. Del Grossi et al. (2006), em estudo que trata do aumento do emprego não-agrícola de desempregados residentes em áreas rurais, afirmam que é crescente o número de ocupações não-agrícolas destes trabalhadores e que há uma significativa mudança no perfil ocupacional da população e até mesmo redução do êxodo rural a partir da alteração deste perfil.

Neste trabalho lançou-se mão desses dois aspectos para analisar a trajetória social do trabalhador rural assalariado do Núcleo 4 do PISNC numa perspectiva de mobilidade intergeracional. Esta, de acordo com Pero (2005), indica movimentos entre as gerações do pai e do filho influenciados por mudanças diversas. Dentre elas, as mudanças econômicas ou construção e

consolidação de fontes de mobilidade como escolaridade, qualificações, dentre outros que sejam capazes de gerar oportunidades de alteração da situação social, ou de mobilidade intrageracional que reflete movimentos ao longo da carreira do indivíduo, comparando-se a primeira ocupação e a ocupação atual do sujeito.

4. HISTÓRIAS DE VIDA

Destacam-se alguns relatos de trabalhadores rurais do Núcleo 4 que possibilitaram a ilustração de dados primários e propiciam um enriquecimento à pesquisa por demonstrar a realidade concreta vivenciada dentro do Núcleo. Seguem-se também relatos de trabalhadores diaristas, encontrados aglomerados nas imediações do Posto Asa Branca, produzidos a partir de conversas informais.

Cibele⁷ é uma jovem petrolinense de 24 anos que trabalha na fruticultura irrigada há aproximadamente oito anos. De acordo com seu relato, começou no raleio de uva, passou por várias atividades e hoje é encarregada de fiscalizar o trabalho dos outros trabalhadores no parreiral. Falando de quando começou a se interessar pela área ela destaca que

No início eu acompanhava minha mãe porque não tinha onde ficar, mas em algumas fazendas ela não podia me levar, então eu ficava na casa de vizinhos. Quando ia para as fazendas eu brincava dia inteiro, levava meus brinquedos, procurava uma sombrinha e pronto.

A mãe de Cibele é oriunda do município de Santa Maria da Boa Vista, onde trabalhava com o marido em uma das muitas ilhas do município. Lá plantavam milho, feijão, abóbora, dentre outros. Deslocou-se para Petrolina após a morte do marido em busca de trabalho assalariado no Projeto para prover o sustento dos filhos.

⁷ Os nomes dos informantes foram modificados para proteger suas identidades.

Como não tinha experiência e precisava do emprego, mentiu na entrevista para o primeiro emprego na área, dizendo que sabia fazer o trabalho. Admitida para fazer experiências, ela teve que se esforçar para superar os três dias oferecidos para o trabalhador mostrar que sabia fazer o trabalho, caso contrário, não ficaria na empresa pelo tempo determinado de três meses, findo os quais a empresa decidiria se seria fichada ou não. Nestes três primeiros dias o trabalhador precisa cumprir uma produção determinada.

Hoje eu conheço todas as fases da produção de uva e de acerola. Mas prefiro a uva, apesar de cansativo eu prefiro, pois o trabalho na acerola além de cansativo é mais barato, o bom que é um serviço que dura quase o ano todo (fala de Cibele, entrevistada na pesquisa de campo).

Descrevendo o trabalho na acerola ela conta que um balde é amarrado nas costas do trabalhador e com as mãos livres, vai colhendo a fruta e armazenando no balde, que depois são colocados em balde maiores, conforme Figura 5.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006.

Figura 5 – Colheita de acerola.

Esse é um caso típico em que a estratégia da mobilidade geográfica é utilizada como forma de tentar uma melhora de vida e vem ratificar a colocação de Gonçalves (2001) quando afirma que os deslocamentos vêm mudando de destino optando-se por pólos de desenvolvimento em detrimento de destinos mais distantes como Sul e Sudeste do país.

Outra história que chama a atenção pela a força de vontade e interesse individual é o de seu José Pereira, solteiro, 32 anos. Mora com a mãe de 87 anos, trabalha na fruticultura e já realizou as mais variadas atividades na área e atualmente, por mais incrível que possa parecer, ele trabalha no raleio de uva, tarefa atribuída socialmente à mulher de acordo com Cavalcanti e Silva (1999) e ratificada pelos próprios trabalhadores.

Depois de quase um ano sem trabalho peguei o que apareceu no começo os colegas me olhavam atravessado e só comecei neste trabalho porque conhecia o encarregado, eu já estava desesperado sem trabalho. Eu nunca tinha feito, mas já tinha visto as mulheres fazendo e na hora do desespero agente aprende mas ligeiro, foi o que aconteceu e depois de mim já tem muito homem raleando uva na empresa.

Ele sempre trabalhou em agricultura de sequeiro, mais já desempenhou diversas atividades ao longo da vida, como pedreiro, vigilante e até motorista.

Meu avô eu não alcancei, mas também sempre trabalhou na agricultura, minha mãe era costureira, hoje é aposentada.

Seu José chega em casa em torno de cinco a seis horas da tarde. Quando chega ajuda a mãe a tomar banho, prepara o jantar e se desloca para a escola, onde é aluno de alfabetização de jovens e adultos em que a maioria é colega de trabalho. Chega em casa em torno de 22h30min, quase sempre encontra a mãe já dormindo. Então, prepara o almoço e sua marmita, guarda a comida da mãe na geladeira, saindo cerca de 4 horas da manhã para o trabalho. As vizinhas esquentam a comida e fazem companhia à mãe de seu José enquanto ele está no trabalho.

Outra entrevistada Dona Mariana, sempre trabalhou muito para ajudar o marido no sustento dos filhos, lavava e passava roupas pra fora, faxinava, enfim, realizava várias tarefas domésticas. Após a implantação do Perímetro resolveu arriscar no trabalho na fruticultura, principalmente na colheita de acerola, segundo ela

É um trabalho que não falta, mas em determinado tempo diminui muito. É também um trabalho cansativo e a gente procura formas de facilitar o trabalho. Uma dessas formas é amarrar um sexto ou um balde na cintura, para que as duas mãos fiquem livres e possa agilizar o trabalho.

O marido que tem forte experiência na agricultura de sequeiro, acabou vendendo a terrinha que herdou do pai, segundo ele, porque a seca sempre acabava devastando tudo, trazendo mais prejuízo que lucro.

Após a venda da terra veio morar em Petrolina e trabalhar como assalariado na fruticultura. Assim como muitos trabalhadores dessa área, já trabalhou na colheita de acerola de manga e goiaba, na capina etc. Uma das tarefas que mais gostou foi a colheita de goiaba, pois apesar de ser um trabalho pesado e cansativo não exige muitas “frescuras no manuseio”. Gostou também de trabalhar na fiscalização e contagem de cachos raleados pelas mulheres. De acordo com ele

As mulheres têm uma produção para fazer durante o dia quando completam muitas vão descansar nos galpões, esperando a hora de pegar o transporte para ir para casa. Outras preferem continuar o trabalho o que passa é ganho extra. As trabalhadoras pegam uma fileira de fora a fora para garantir a uniformidade da área trabalhada. São distribuídas cerca de quatro plantas seguidas para cada trabalhadora e cada uma delas escolhe uma forma de fazer a marcação das plantas, para a contagem posterior. É um trabalho bom, além de contar a produção de cada uma é preciso também observar se as uvas estão sendo bem raleados.

De acordo com o entrevistado, o tempo precisa ser bem aproveitado de forma que essas atividades são encerradas em torno das cinco horas da tarde. Por isso o horário de almoço não passa de uma hora, isto muitas vezes se constituem um problema, pois muitas vezes a comida se estraga e até se conseguir que alguém divida a bóia o horário já terminou, não sendo possível descansar nem por cinco minutos. Ao final do dia os ônibus contratados pelas empresas conduzem os trabalhadores até a proximidade de suas casas. Pode-se inferir pelas falas dos trabalhadores que as condições de trabalho sofrem progressivos melhoras, como na área de transporte, por exemplo.

De acordo com Bloch (1996), os principais problemas em relação ao transporte referem-se à superlotação e atraso no final do expediente, além da segurança dos transportes. Ainda de acordo com o autor, algumas empresas contavam com ônibus para esse transporte. Verificou-se nas fazendas que a maioria realmente lança mão deste tipo de condução. Quando se aplicou os questionários nas empresas no final da tarde foi possível presenciar o

embarque dos trabalhadores que se preparavam para o retorno a partir dos galpões de descanso, conforme Figura 6.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006.

Figura 6 – Trabalhadores esperando o transporte da empresa no final do expediente.

Situação como a de Dona Mariana foi comum de se encontrar principalmente junto a trabalhadores aglomerados nas imediações do Posto Asa Branca, este são conduzidos aos lotes em caminhões abertos.

Dona Mariana tem 54 anos, mas aparenta uns 70. Sempre trabalhou na roça como diarista, não possuindo, portanto, nenhum registro em sua carteira de trabalho. Atualmente trabalhando colhendo frutas na época de

colheita. Na entressafra, trabalha na colheita de feijão verde ou seco. Ela, como muitos trabalhadores, se aventura diariamente em busca de trabalho. Sempre morando de aluguel ganhou em 2005 uma casinha de alvenaria da prefeitura, o que lhe proporcionou, segundo ela, grande alívio, pois o aluguel era um peso muito grande. De acordo com suas informações quando consegue trabalho obtém uma renda diária de R\$ 8,00 (oito reais), mesmo sendo pouco é melhor do que nada, pois não tem outra fonte de renda.

Destaca-se a história de um outro trabalhador que procura na fruticultura um meio de renda e chama a atenção pela idade e pela aparência franzina: Lailson é um jovem de 16 anos, natural de Petrolina, que estuda à noite, freqüentando a primeira série do ensino médio, trabalha na fruticultura há um ano para ajudar a mãe que é viúva. Como sempre precisou trabalhar para ajudar em casa, encontra-se atrasado na escola e na tentativa de minimizar os danos participou de programas de aceleração na tentativa de terminar o ensino médio dentro da faixa etária do Brasil. Nos dias em que consegue trabalho faz uma renda de R\$ 15,00 trabalhando por produção na colheita de frutas.

Um outro trabalhador da fruticultura encontrado no Posto Asa Branca é seu Luiz Santana. Natural de Sertânia-PE se deslocou para Petrolina quando separou-se da primeira esposa há cerca de 30 anos. Nesta época trabalhava em um bar ajudando um compadre. Depois trabalhou durante muito tempo no comércio de doces. Seu Luiz mora com duas filhas e a companheira com quem convive há quase 20 anos. Ela também trabalha na fruticultura, mas em um trabalho mais valorizado, o raleio de uva, por isto consegue uma renda melhor. Entretanto, com contrato temporário de trabalho, com duração de apenas três meses. Seu Luiz revela um fato curioso que diz respeito à faixa etária dos trabalhadores: ele conta que quando o número de trabalhadores ultrapassa o necessário e dono do caminhão precisa fazer uma seleção a preferência recai sobre os mais velhos, sendo os mais jovens convidados a descerem do carro. Ele acredita que isto se deve, provavelmente, à responsabilidade e ao zelo demonstrados pelos mais velhos, durante a execução dos trabalhos.

Já a Dona Gisélia veio para Petrolina há cerca de 20 anos, no início da implantação do Perímetro de Irrigação. Diz que não gosta da cidade, mas admite que aqui seja muito melhor para conseguir trabalho que Cedro-PE sua cidade natal. Todos os dias, juntamente com uma vizinha, ela se desloca para

o Posto Asa Branca, chega antes das cinco horas na esperança de aumentar as chances de ser contratada naquele dia, como os demais trabalhadores saem preparadas para o dia no trabalho levando a comida em marmitas. Trabalha na colheita de frutas e prefere colher uva ou acerola por serem mais leve para carregar de uma planta para outra.

Segundo ela o dia de serviço é acertado antes de subir no caminhão, às vezes trabalham por produção, ou seja, recebe pelo que produz, outras vezes trabalha por diária, mas tem uma quantidade mínima para colher por dia. Em algumas ocasiões acerta-se trabalho para o dia seguinte, mas na maioria dos casos a luta pela sobrevivência recomeça a cada novo dia. Dona Gisélia conta que em Cedro raramente trabalhava. Era sustentada pelo marido e os filhos, que trabalhavam na lavoura por meio de arrendamento de terras, mas a situação foi ficando difícil e todos tiveram que sair em busca de melhores condições de vida. Ela chega a dizer que a cidade é boa para se viver, mas é preciso ter saúde e coragem para trabalhar, o que não possui mais como antes, tendo muitas vezes que trabalhar sentindo dores pelo corpo.

Com a certeza de um trabalho já acertado para a semana toda na colheita de acerola no N4, aguardavam o caminhão para conduzi-las tranquilamente recostadas à sombra de uma árvore, encontra-se Dona Marina com sua filha Regiane. Naturais de Petrolina, encontram na fruticultura o meio de sustentar sua família. Segundo Dona Marina, a fruticultura é uma mãe para as pessoas pobres que não possuem outro meio para sobreviver. Como o trabalho já está certo para a semana toda elas não precisam chegar tão cedo, de forma que chegaram em torno de cinco e meia, diferentemente dos dias em precisam buscar trabalho, que precisam chegar por volta das quatro horas.

Diferentemente da situação encontrada nas grandes fazendas do N4, todos os trabalhadores localizados no Posto Asa Branca embarcaram para o trabalho em caminhões aberto sem proteção alguma. Pôde-se sentir os olhares desconfiados dos recrutadores no momento das entrevistas. Nas referidas fazendas se faz mais comum a utilização de ônibus para o transporte diário.

Neste sentido, Bloch (1996) ainda denuncia outros desrespeitos aos direitos do trabalhador, dentre eles cita-se demissões forçadas, horas extras não pagas, aviso prévio não respeitados, atrasos nos registros das carteiras de trabalho após o período legal de experiência, além de descontos sem

justificativas. O autor relata ainda casos de visita da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) que constata tais problemas, contudo, os trabalhadores, apesar de cada vez bem informados e conscientes de seus direitos nem sempre conseguem assegurá-los. Na falta de uma forma mais contundente de garanti-los se apropriam de alternativas de protestos, como o fato de trabalhar por dia atendendo apenas à “produção” mínima exigida. A partir de discussão entre os trabalhadores “salientou-se a necessidade de se manter um ritmo de trabalho próprio: produzir devagar e sem desgates, porque se depender dos produtores o número de tarefas executadas diariamente tende a se modificar para mais” (CAVALCANTI; SILVA, 1999, p. 150-151).

Dados primários desta pesquisa, de fato, ratificam essas questões trabalhistas, tendo em vista o elevado número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada. Naquele momento de aplicação dos questionários, em que foi solicitada a autorização para a realização das entrevistas em determinada fazenda, o encarregado pediu que fosse agendada para o dia seguinte, visto que a maioria dos trabalhadores que estava presente naquele momento não tinha carteira assinada e ele queria evitar problemas com a DRT.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de dados primários obtidos junto aos trabalhadores rurais do Núcleo 4, traça-se a história de vida de trabalhadores assalariados, de seus pais e avós no que se refere à mobilização geográfica e ocupacional utilizados como alternativa de provocar mudanças em situações que não mais permitia a reprodução social de forma adequada.

Assim, retrata-se o modo de vida desse trabalhador que, como sujeito social que vivencia a realidade da fruticultura irrigada, precisa responder aos desafios impostos por ela. As tramas das relações sociais se dão em um cenário que exige desse ator social a postura de quem apostou na busca de oportunidade acenada com a implantação do Perímetro.

São trabalhadores originados de municípios circunvizinhos de Petrolina e Juazeiro que saíram de suas localidades em busca de trabalho nesta região. Tais trabalhadores tiveram como principais fatores de expulsão a baixa produtividade dos solos devido a falta de chuvas; alterações nas relações de produção modificadas pela implantação da modernização conservadora da agricultura, em que o grande capital necessitando de terras para a expansão da agricultura, dispensa o arrendatário para ter condição de utilizar toda a terra. Dessa forma, ratifica-se o pensamento de Klein (2000) a respeito das motivações para mobilidade geográfica, quais sejam as questões relativas não apenas ao acesso, mas também à produtividade da terra na produção de alimentos.

Dessa forma, os trabalhadores procuravam, sobretudo, melhores condições de vida do que aquelas deixadas para trás. Chegaram à cidade com grandes esperanças de adquirir o emprego que garanta a reprodução social de seu grupo familiar. Entretanto, faltam-lhes características essenciais que poderiam ajudar na consolidação dos seus objetivos e que na verdade seriam responsáveis por colocá-los em situações diferentes daquelas por eles tão sonhada. De forma que, embora os entrevistados possuam de modo geral, melhores condições de sobrevivência em relação a seus pais e principalmente em relação a seus avós, em alguns pontos específicos a situação não melhorou. Mesmo porque a precarização das relações de trabalho não lhe proporciona emprego de fato, mas trabalhos temporários.

Assim, transformações nas vidas desses pequenos agricultores, atualmente trabalhadores rurais temporais ou avulsos, são profundas e se dão, especialmente, a partir da inauguração do PISNC e da decisão de se deslocarem para esta região traçando, deste modo, uma linha de separação temporal em suas vidas, qual seja, antes e depois do projeto Senador Nilo Coelho.

5.1. Origens e trajetórias

Os sujeitos sociais desta pesquisa são oriundos de diversos municípios circunvizinhos da região de Petrolina e Juazeiro. De forma mais acentuada verifica-se a presença de pessoas dos estados de Pernambuco, mas também da Bahia e São Paulo e, ainda da Paraíba e Ceará, conforme Tabela 4. São pequenos agricultores de áreas de sequeiros, principalmente pais e avós que recorrem, periodicamente, às migrações quando não há condições de trabalho acesso à terra em suas localidades de origem.

Tabela 4 – Origem geográfica das três gerações de trabalhadores do N4 analisados na pesquisa

Cidade	Trabalhador	Pai	Avô	Irmãos
“Piauí”		2		
Afogados da Ingazeira-PE	1	1	2	2
Afrânio-PE	2	2	2	18
Araripina-PE	1	1	1	
Belém do São Francisco-PE		2	1	2
Belmonte-PE	2		1	
Cabrobó-PE	4	1	2	14
Campina Grande-PB	3		4	
Carnaúba-PE				6
Casa Nova-BA	2	2	2	
Curaçá-BA	2		1	6
Dormentes-PE	3	3	2	19
Floresta-PE	1	1	1	
Juazeiro do Norte-CE	2	4	5	4
Juazeiro-BA	4	3	2	16
Lagoa Grande-PE	4	6	3	17
Monteiro-PB	1		2	5
Ouricuri-PE	1	2	1	8
Pedra Branca-PE				
Pequi-PE	1			
Petrolândia-PE	1	1	1	8
Petrolina-PE	4	2		87
Porto Seguro-BA				1
Santa Filomena-PE	1		3	
Santa Maria da Boa Vista-PE	6	8	5	3
São Paulo-SP				8
Serra Talhada-PE		1		
Trindade-PE	1			1
Verdejante-PE		1		
Não sabe			1	3

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006.

5.2. Perfil dos avós dos trabalhadores rurais do N4

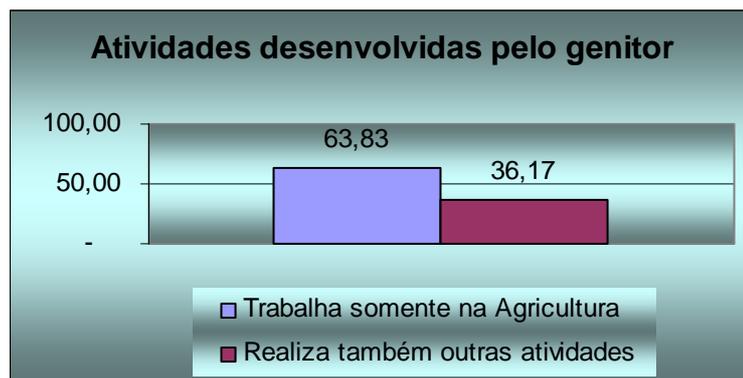
Em relação a esta geração da família foi observado que a maioria absoluta não pertence às cidades de Petrolina ou Juazeiro; são oriundas dos mais diversos municípios do Nordeste, predominando localidades adjacentes e de regiões de sequeiro (Tabela 5).

No que se refere à ocupação, encontra-se um maior percentual para as atividades agrícolas em detrimento das não-agrícolas, o que ratifica o pensamento de Graziano da Silva (1996) quando afirma que esta mobilidade ocupacional é uma tendência recente, atingindo, principalmente a população mais jovem. Neste caso o trabalho agrícola predomina tanto para homens quanto para mulheres.

Aqui a relação com a terra se faz ainda mais confusa, porque o trabalhador não soube responder, nem precisar sobre a forma de acesso à terra, nem sobre a quantidade de terra que seus avós possuíam, sendo muito comum expressões do tipo “eu acho”, “talvez”, “alguns alqueires”, “tantas braçadas” de forma que estas indefinições nas respostas, a despeito de se tentar converter às unidades de medidas padrão não se pode considerar precisos esses dados. Contudo, não parecia haver dúvidas quanto ao fato de que possuíam o bem. É preciso salientar que, o fato de pais e avós serem oriundos de outras localidades, não significa que moraram ou que moram nas cidades de Petrolina e de Juazeiro. Essa assertiva diz respeito, precisamente, aos filhos, informantes nesta pesquisa.

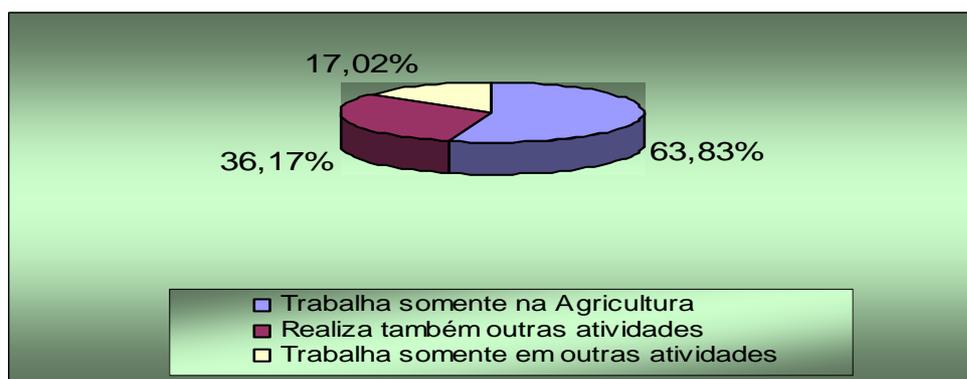
5.3. Perfil dos pais dos trabalhadores rurais do N4

Pode ser observado a partir do trabalho de campo que a maioria absoluta dos pais também tem origem em outros municípios e estados. Entretanto, todos são da região Nordeste. Têm destaque municípios que sofrem com os fatores climáticos e se localizam nas imediações de Petrolina, mas também cidades ribeirinhas ou cidades da Paraíba e Ceará. Assim, são trabalhadores que atuam em atividades agrícolas, tendo-as como atividade principal e complementa com atividades não-agrícolas, a exemplo da construção civil, comércio em feiras, dentre outras.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006.

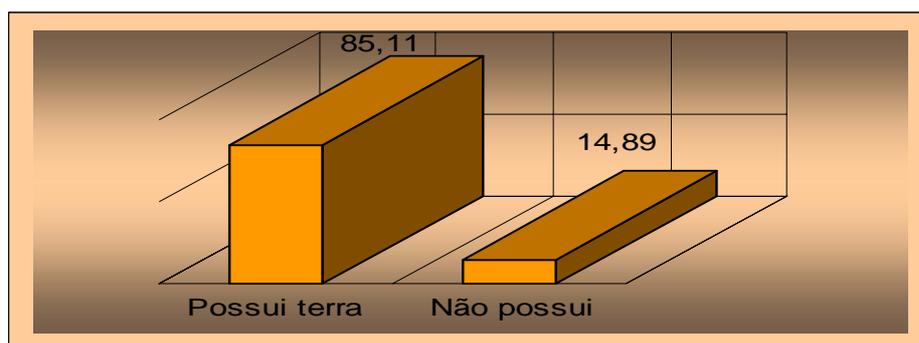
Figura 7 – Atividades do pai do trabalhador.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006.

Figura 8 – Atividades da mãe do trabalhador.

Um dado que chama a atenção diz respeito ao tamanho das propriedades, visto que 14 ha representa um percentual médio considerável. O número em si não representa quantidade expressiva, o dado só se torna relevante, levando em consideração as características desse trabalhador. Entretanto, apesar de parecer haver uma contradição⁸, verificou-se que se tratava de áreas de terra, de fato relativamente extensas, mas que não serviam, em sua maioria, para agricultura por se localizarem em áreas mais áridas. Eram, portanto, utilizadas para a pecuária caprina e ovina as quais em épocas de seca eram quase que totalmente dizimadas pela fome. Daí o porquê da saída deste produtor deixando a terra e o rendimento que ela poderia proporcionar que na verdade se fazia insuficiente para seu sustento e de grupo familiar.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006.

Figura 9 – Posse de terra pelo pai do trabalhador.

Chamou atenção também a forma de acesso à terra, pois a partir da tabulação dos dados observou-se que o percentual dos que possuíam terras era relativamente alto como fora descrito, contudo, não souberam responder sobre a forma de aquisição do bem, resultando assim, numa situação que não

⁸ Foi necessário voltar ao campo de pesquisa para obter melhores esclarecimentos a respeito do tamanho da propriedade de terra. Pois, parecia haver uma contradição: se havia a posse de terra o que motivava a saída deste agricultor deixando para trás a terra e o rendimento que ela poderia proporcionar. A partir de novo questionamento descobriu-se que se tratava de áreas de terra, de fato relativamente extensas que serviam, em sua maioria, apenas para a pecuária caprina e ovina por se localizarem em áreas muito áridas.

se fez clara, pois, se a terra não foi herdada, nem comprada, não há como compreender a sua aquisição.

5.4. Perfil dos irmãos dos trabalhadores rurais do N4

Da mesma forma que se observou uma consorciação de atividades agrícolas e não-agrícolas entre pais e avós, a mesma informação se obteve em relação aos irmãos. Estes trabalham determinado período na fruticultura irrigada, principalmente em épocas de colheita ou como encarregado de determinada unidade produtiva ou lote e trabalham em atividades não-agrícolas, como na construção civil, vigilância privada, como feirante ou vendedor ambulante, tanto dentro como fora do Perímetro em outras épocas do ano. Foi encontrada entre os irmãos uma diversidade de ocupações muito maior que entre os avós, por exemplo. Foram ressaltadas várias vezes que “a fruticultura não dá tudo que a gente precisa e para não passar fome procuramos outros tipos de trabalho”.

Em relação ao local onde desenvolve seus trabalhos, ficou claro se deslocam para qualquer lote ou Núcleo do Projeto; não se restringem ao Núcleo 4, onde residem em sua maioria. “Onde aparecer trabalho nós vai”. O tipo de trabalho não parece ser problema, segundo eles, “nós topa tudo desde capina, colheita, poda tudo nós sabe fazer”. Isto ratifica a afirmação de Cavalcanti e Silva (1999, p. 159), quando fala da prerrogativa que tinha o trabalhador de escolher o local de trabalho nas primeiras fases da fruticultura, agora ele precisa aceitar o que aparecer e onde aparecer. Observa-se que a este trabalhador, geralmente, falta a qualificação profissional para tarefas mais aprimoradas o que poderia lhe render tanto mais tempo empregado como melhor remuneração pelo trabalho realizado.

5.5. Do sequeiro a Petrolina/Juazeiro: em busca de trabalho

Da mesma forma que avó, pais e irmãos, constatou-se que o trabalhador rural o Núcleo 4 encontrava-se em situação semelhante: trabalhavam na agricultura de sequeiro, mas viram na agricultura irrigada a

chance de melhorar de vida. Daí porque decide migrar para este pólo de desenvolvimento objetivando a encontrar uma vida diferente.

5.6. Caracterização do trabalhador rural assalariado do Núcleo 4

Por meio da pesquisa de campo foi possível conhecer e traçar um perfil do trabalhador rural da fruticultura irrigada que atua no Núcleo 4 do Projeto Senador Nilo Coelho. Verificou-se que estes possuem uma diversificação muito grande de atividades, em sintonia também com as diversas cultivares encontradas no Núcleo. Isto pode lhe proporcionar maior mobilidade e garantir que, ao término de determinada tarefa, possa ser remanejado para outras, evitando, portanto, um desemprego mais cedo.

Este trabalhador apresenta uma faixa etária média, pois do universo, pesquisado, 63% está localizado na faixa entre os 30 a 39 anos de idade, os demais estavam concentrados nas faixas de 40 e 50 (17%), de 20 a 29 (11%) e acima de 60 com 9% dos trabalhadores ouvidos.

Constatou-se que grande parte dos trabalhadores possui algum tipo de união conjugal, constituindo-se em 83% o número dos que são casados ou amigados. Observa-se que as famílias são também muito numerosas, tendo em vista o número de irmãos que atinge uma média de cinco por família. Por outro lado, embora 79% dos trabalhadores, sujeito da pesquisa que possuem sua própria família tenha filhos, a média é relativamente baixa considerando-se os que, no passado, média de filhos das famílias do interior do Nordeste era em torno de 10.

Segue-se, desta forma, uma tendência brasileira que atinge pessoas não só da zona urbana, geralmente mais bem informada sobre os métodos contraceptivos, mas também da zona rural. Segundo dados da Codevasf (1986), a população nordestina vem apresentando diminuição do crescimento populacional e queda das taxas de fecundidade, melhorando também outros índices sociais.

A postura desse trabalhador também passa por transformações, visto que 100% dos informantes dizem priorizar o estudo dos filhos em detrimento de qualquer outra atividade remuneratória que suas crianças possam vir a ter para ajudar no orçamento doméstico. Para utilizar suas palavras, muitos disseram

“não quero que meus filhos passem pelo que passei por falta de leitura”. Isto também vem confirmar dados apresentados pela Codevasf (2006) quando diz que se eleva cada vez mais a média de escolaridade da população do Nordeste. Considerando-se o período de 1970 a 1994 apresenta-se um aumento de 18 pontos percentuais para a população com mais de 20 anos de idade e mais de quatro anos de escolaridade, de acordo com a Companhia. Já para a Casa Civil do Brasil (2005)⁹, o número médio de anos de estudo passou de 7,5 anos para 8,8 anos, de 1999 para 2004.

É interessante observar que a educação formal dos filhos merece atenção, mas sua própria qualificação para uma melhor inserção no mercado de trabalho não recebe tantos investimentos. Apesar de possuírem objetivos claros quando de sua vinda para esta região e com o trabalho na fruticultura, não investem em capacitação. É uma espécie de espera que as coisas aconteçam sem a iniciativa de oferecer uma contribuição para que os sonhos se concretizem.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006.

Figura 10 – Qualificação do trabalhador rural do N4.

⁹ Notícias divulgadas pela Casa Civil Brasileira.

Entre os que foram qualificados, todos participaram de treinamentos promovidos pela empresa em que trabalhavam, não por iniciativa pessoal. De qualquer maneira entre as empresas vem se consolidando uma prática que se constitui de treinamento de tarefas básicas do manejo das culturas, mas que interfere fortemente no nível de produtividade. De forma que os cursos de qualificação acontecem dentro da fazenda, com atividades práticas “*in loco*”. Uma das instituições que vem apresentando destaque nos treinamentos do trabalhador da agricultura com o deslocamento de profissionais docentes para a empresa agrícola é o Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina, que através de parcerias com produtores levam o conhecimento prático/teórico para dentro da fazenda.

5.7. Perfil do trabalhador assalariado do N4 do PISNC

Verificou-se que entre os entrevistados foi quase nulo o percentual dos migrantes de outros estados do Nordeste que não de Pernambuco. Da mesma forma que pais e avós esses trabalhadores são oriundos de cidades próximas a Petrolina, mas muitas delas profundamente afetadas nos períodos de seca, o que termina por contribuir enormemente para a saída desse sujeito.

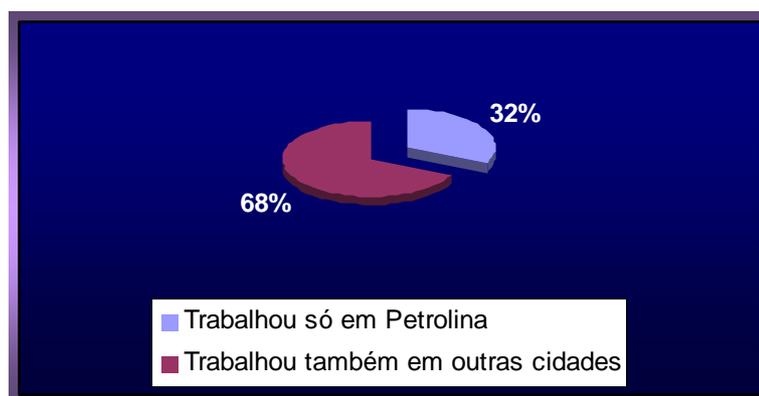
São, portanto, trabalhadores acostumados a sair em busca de melhores condições de vida, parando de cidade em cidade em épocas propícias para empregos, como em tempo de colheita ou implantação de projetos de construção civil. Procuram o melhor local para se estabelecer temporária ou mesmo definitivamente como parece ser o caso da maioria dos entrevistados neste trabalho. Essa trajetória é diferente daquela praticada por trabalhadores da cana-de-açúcar que se deslocam temporariamente para a região de sudeste ao longo dos anos, constituindo uma prática recorrente de geração em geração, conforme Silva (2000).

[...] desde, muito pequenas as crianças apreendem o verdadeiro significado de *São Paulo*, isto é, [...] o lugar de destino de seus pais e parentes, mas também o lugar de onde voltam para suas terras, e ficam sabendo que *quando inteirarem a idade*, seguirão a mesma rota.

Ainda para essa autora, esses sujeitos visualizam a terra como um espaço protetor, campo de segurança, assim, migram à procura de prover

meios para sua reprodução material, mas retornam em movimento de ida e vinda constantes.

Para os trabalhadores do N4, não há uma destinação fixa, são atraídos pela perspectiva de emprego. Desta forma, perguntados sobre os locais por onde passaram em busca de trabalho, a maioria citou mais de uma localidade, demonstrando, portanto, prática na vida de retirante, conforme ilustra-se através da Figura 11.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006.

Figura 11 – Mobilidade geográfica do trabalhador rural do N4.

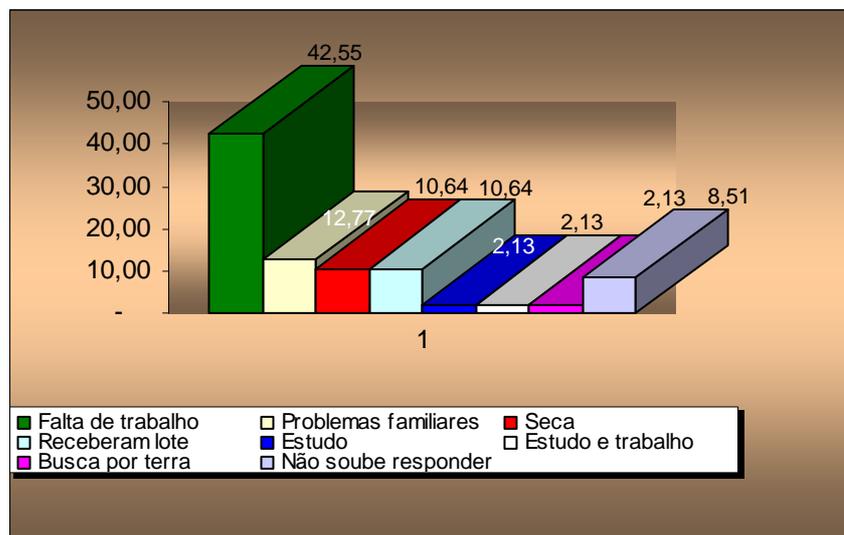
A motivação principal para a saída de suas localidades de origem foi a falta de trabalho, motivos familiares¹⁰ e ainda pelo desejo de possuir terras na qualidade de colonos (visto que muitos receberam lotes) onde possam se estabelecer e fixar suas raízes. A falta de trabalho é, portanto o grande motivador para busca de novos horizontes por esse trabalhador.

É interessante ressaltar que apesar de ter acesso à terra, conforme se verifica a partir da Figura 10, a baixa produtividade e a falta de condições para o seu desempenho agrícola aliada ainda, à baixa demanda de atividades não-agrícolas que possam complementar a renda vem ratificar as assertivas de Andrade (1989), Klein (2000) e Gonçalves (2001), no que se refere aos

¹⁰ Existem na região muitos conflitos, principalmente relativos à produção e tráfico de drogas, principalmente maconha. Entretanto não há dados suficientes para que se estabeleça uma relação entre essas questões.

fatores que contribuem para a saída do trabalhador de suas localidades de origem em busca de melhores condições para sua reprodução material.

Quanto ao desejo de possuir terras na qualidade de colonos, constata-se que os trabalhadores que receberam lotes no Perímetro, provavelmente estão contidos nas estatísticas dos colonos que repassaram seus lotes, visto que integravam, no momento da pesquisa de campo, a categoria de trabalhador assalariado. A Figura 12 ilustra essa situação e aponta outros motivos citados para a sua mobilidade espacial, porém, com menos relevância.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006.

Figura 12 – Motivo da saída da cidade de origem do trabalhador rural do N4.

Destaca-se ainda na Figura 12 o número de pessoas que chegaram à cidade como possuidora de lotes no Projeto, mesmo pertencendo a outros municípios. O que reforça o fato, muitas vezes referido pelos informantes, de que não apenas os desapropriados receberam lotes. As pessoas poderiam recebê-los por atender aos critérios estabelecidos pela CODEVASF, responsável pelo assentamento, ou por ter conhecimento ou mesmo amizade com políticos influentes da região sendo, portanto, também beneficiadas. Dessa forma, encontram-se algumas contradições, que talvez, os fatores

tempo e espaço possam explicar. Segundo alguns informantes¹¹, no início, as pessoas não queriam os lotes, ou porque não detinham o conhecimento técnico para desenvolver as atividades agrícolas demandadas pelo empreendimento ou por medo do novo, ou ainda por não acreditar no Projeto, não se sabe ao certo, o fato é que havia segundo eles, essa rejeição. Em um outro momento já se verifica um grande interesse, em que as pessoas lançam mão dos recursos de que dispõem para ter acesso aos lotes e entre esses recursos estão as relações de amizade, parentesco ou conhecimento com políticos locais. Destaca-se o número de trabalhadores atraídos também pelas oportunidades de estudos além da possibilidade de trabalho. De fato, este é um setor que vem recebendo investimentos, tanto público, como privados. Pode-se constatar um aumento de estabelecimentos educacionais em todos os níveis de ensino: desde o ensino básico ao universitário, como a implantação de uma universidade pública federal e diversas particulares, somando-se a outras instituições tradicionais presentes nas duas cidades.

5.8. Mobilidade geográfica do trabalhador rural do N4

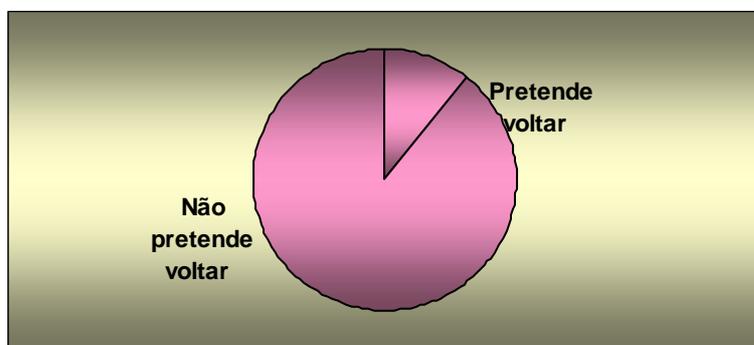
Para Gonçalves et al. (2002), os grandes deslocamentos da população estão relacionados à pobreza e à exclusão social. Não que sejam relacionados aleatoriamente, mas que no geral tem funcionado na história do país como duas faces de uma mesma realidade mais ampla. De acordo com este autor, fatores como crises econômicas, desemprego crescente e a precarização das relações de trabalho contribuem decisivamente tanto para os deslocamentos quanto para o quadro de pobreza.

Cavalcanti et al. (2002), analisando o constante deslocamento de nordestinos da cidade de Gravatá em Pernambuco, enfatiza que a migração significa um tipo de transferência de mão-de-obra de uma região para outra. Em todos os casos, no passado e especialmente no momento atual, as razões declaradas pelos migrantes para se deslocarem, recaem na busca de trabalho. Os dados da pesquisa de campo descritos na Figura 10 conferem essa

¹¹ Informações obtidas através das conversas informais que, geralmente, se travava no momento da aplicação dos questionários, junto às pessoas que se juntavam para ouvir e ou dar sua contribuição à pesquisa ou por simples curiosidade.

realidade e ratifica a assertiva da autora quanto a principal força de expulsão das pessoas de sua cidade de origem. Assim, questionados sobre os locais por onde já trabalharam ao longo da vida foram citadas, em sua maioria, cidades do Nordeste, recebendo, entretanto, algum destaque o Estado de São Paulo.

De acordo com Gonçalves et al. (2002), as cidades do interior, que se apresentam como algum pólo de desenvolvimento, terminam por atrair os migrantes que antes se destinavam a regiões Sudestes e Sul do país. Um dos dados mais interessantes diz respeito à decisão de permanecer na cidade, pois, conforme Figura 13, cerca de 89% declararam não mais ter interesse em voltar a residir em sua cidade de origem, preferindo ficar na cidade. Esses dados encontram-se em harmonia com as respostas obtidos com o questionamento sobre o que melhorou depois da chegada à cidade, ao que apenas dois dos entrevistados afirmaram continuar tudo igual. No geral, houve melhorias nas condições de vida e nas oportunidades de estudos e empregos. Boa parte dos que afirmaram melhorias de vida destaca a qualidade na alimentação.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006.

Figura 13 – Intenção do trabalhador rural do N4 de voltar à cidade de origem ou permanecer na cidade de Petrolina.

A despeito da sazonalidade do trabalho na fruticultura, que tem o número de trabalhadores drasticamente reduzido nos períodos de entressafra, (ainda que a entressafra aqui se diferencie de outras regiões, visto que as condições climáticas e outros fatores permitem a indução das culturas e,

portanto, alterações na duração e período da entressafra) esse trabalhador permanece na cidade. Nesse período desenvolve diversas atividades agrícolas ou não-agrícolas, conforme Tabela 5.

Tabela 5 – Principal ocupação das três gerações de trabalhadores do N4

Principal ocupação	Do trabalhador	Do pai	Do avô	De irmãos
Atividades agrícolas	13	28	42	144
Construção civil	9	8	-	-
Pecuária	17	4	-	3
Comércio (formal ou informal)	5	5	3	35
Emprego doméstico (jardineiro, faxineiro, e outros)	3	-	-	16
Serviços informais (cabeleireiro, mecânico, encanador e outros)	-	2	2	8
Aposentado	-	-	-	3
Funcionário público	-	-	-	-
Total	47	47	47	228

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006.

De acordo com Guillen (2001), a mobilidade geográfica de que o nordestino lança mão não se constitui necessariamente uma fatalidade, mas “é uma forma de dizer não à situação em que vive, é pegar o destino com as próprias mãos, resgatar sonhos e esperança de vida melhor ou mesmo diferente”.

Ainda para a autora

migrar pode ser entendido como resistência, não só à exploração e dominação existente no local de origem, e que produzem a exclusão social, mas sobretudo, se ver fixado, emoldurado num lugar social e simbólico. [...] é exercer o desejo de mudar de não se conformar.

A grande crítica desta autora diz respeito à banalização com que tratam as migrações, definindo-a como algo histórico ou natural, para fugir da seca ou do desemprego, por exemplo, quando na verdade é algo socialmente construído. Ao tratá-lo dessa maneira passa-se a idéia de imutabilidade e

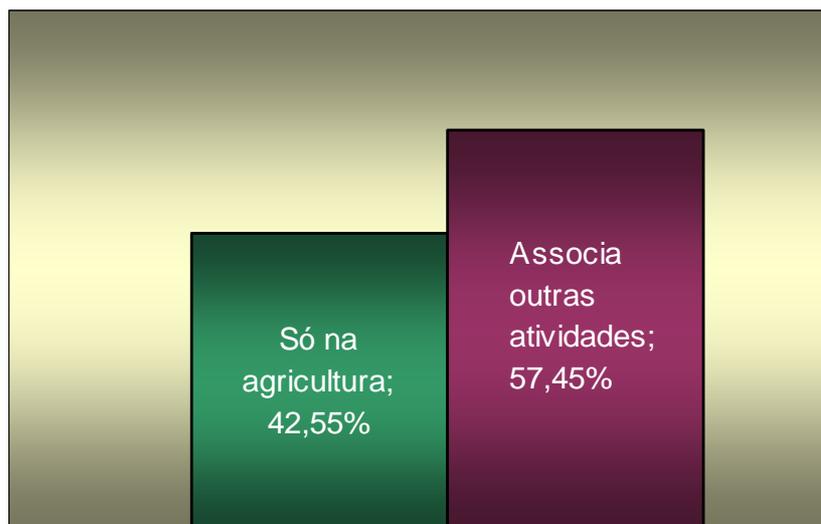
permanência, como se no decorrer das décadas nada tivesse se alterado e o presente fosse um eterno passado.

Ao se estudar a trajetória dos trabalhadores rurais, sujeitos nesse projeto de pesquisa, e que vivem esta problemática, observa-se que não há essa paralisia e sim constantes mudanças, em um eterno e ir e vir na luta pela sobrevivência, que os obrigam a se adequarem às mais diversas tarefas. E encontram na diversidade de atividades ou mobilidade geográfica a tentativa de continuar sobrevivendo, resistindo, buscando.

5.9. Mobilidade ocupacional do trabalhador rural do N4 do PISNC

Del Grossi et al. (2006), analisando a dinâmica populacional na década de 1990, mostram, além de outros dados, que se assiste a uma queda do percentual de trabalhadores envolvidos em atividades agrícolas e, por outro lado, o crescimento dos ocupados em atividades não-agrícolas, principalmente, quando se refere aos desempregados da agricultura, até mesmo na tentativa de driblar esse desemprego. Os dados da pesquisa de campo corroboram com os apresentados pelos autores, destacando-se as principais ocupações desempenhadas pelos trabalhadores rurais ao longo da vida.

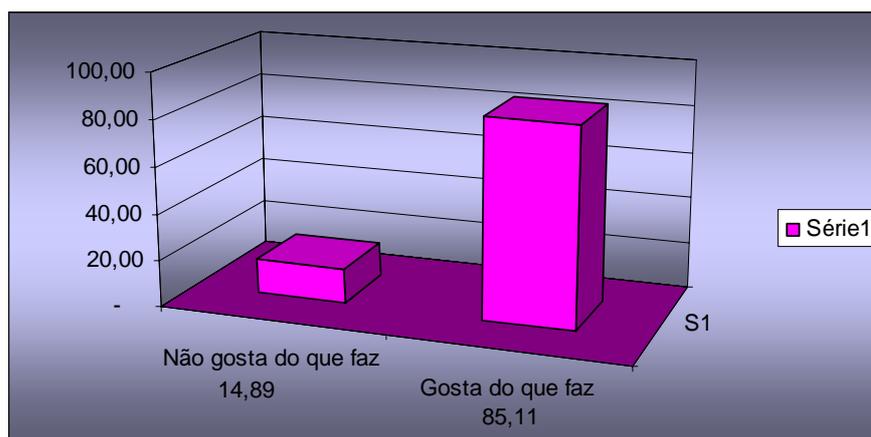
Apesar da diversidade de atividades conforme se verifica na Tabela 5, ainda é alto o percentual dos que sempre desenvolveram ou desenvolvem apenas atividades agrícolas. A Figura 14 demonstra que há algum empecilho na busca por outros tipos de atividades nos períodos de redução de trabalho na agricultura irrigada, constituindo para este trabalhador maior dificuldade de ocupação durante todo o ano, visto que a oferta diminui em determinados períodos. Destaca-se também o número de trabalhadores que desenvolve ou desenvolveram suas atividades na pecuária. Tal atividade sempre foi desenvolvida na região, principalmente na criação de ovinos e caprinos, mercado que vem retomando um crescimento conhecido no início da povoação do Nordeste.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006.

Figura 14 – Atividades desenvolvidas pelo trabalhador rural do N4 durante o ano.

Observa-se que as ocupações desenvolvidas requerem pessoas com baixo nível de qualificação e escolaridade, mas demonstra a diversidade das tarefas que os trabalhadores se atribuem para garantir sua sobrevivência e de sua família. Mesmo porque o trabalhador rural assalariado do N4 PISNC ao ser questionado sobre a afinidade com o trabalho que desenvolvia na fruticultura irrigada a maioria afirmou gostar do que faz (Figura 15). Contudo, acabaram por se contradizer de certa forma, quando perguntados o porquê de gostar ou não gostar do seu trabalho. Os dados obtidos não ratificam a pergunta anterior, conforme Tabela 6.



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Figura 15 – Afinidade do trabalhador com o trabalho na fruticultura.

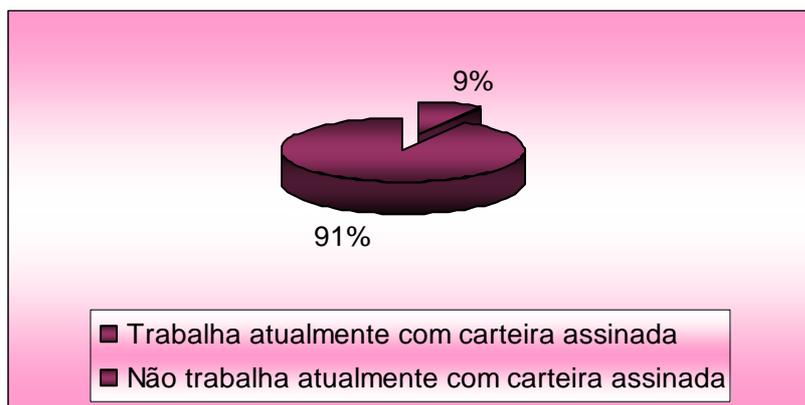
Tabela 6 – Afinidade do trabalhador rural do N4 com o trabalho na fruticultura irrigada

Porque gostam do fazem	Percentual
Trabalho que gera realização	21,28
É o que sabe fazer	17,02
Trabalho tranquilo	8,51
É um meio de vida	8,51
Roça é mãe	8,51
Gera renda	8,51
É cansativo	8,51
Falta de opção	19,15

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006.

Foi constatado o efeito da flexibilização do trabalho que se reflete na forma de contratação do trabalhador, ratificando Cavalcanti e Silva (1999) os dados primários mostram que a maioria dos entrevistados não possui carteira assinada no momento da pesquisa, contra uma pequena minoria “fichada” como se autodenominam os que possuem registro em carteiras de trabalho. Em relação a esse registro de trabalho ao longo da vida profissional a situação

melhora, mas ainda é um número considerado pequeno. De forma que perguntados sobre o que poderia servir para melhorar o trabalho, foi citada, primeiramente a melhoria do salário, seguindo-se pelo interesse do registro na carteira de trabalho, que pode oferecer principalmente, uma aposentadoria mais tarde.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006.

Figura 16 – Relação de trabalho do trabalhador rural na fruticultura irrigada do N4.

5.10. Transformações nas vidas dos trabalhadores assalariados da fruticultura irrigada

Para os trabalhadores assalariados da fruticultura do Núcleo 4 as principais mudanças dizem respeito às relações e trabalho. Trabalhando em suas localidades de origem em parcerias ou arrendamentos, ou nas terras da família quando as condições climáticas o permitem, encontra no Perímetro Nilo Coelho a contratação temporária, na maioria das vezes sem registro em carteira de trabalho e, por conseqüência sem direitos trabalhistas, esse trabalhador, ainda acredita encontrar aqui melhor situação do que aquela deixada para trás. Foi comum escutar durante a aplicação dos questionários frases do tipo “quem não encontrar trabalho em Petrolina é porque é preguiçoso”.

A diversidade de tarefas a que é submetido também constitui outra mudança significativa. É uma estratégia encontrada para garantia de renda, durante os períodos de entressafra, quando os postos de trabalho são reduzidos. Dessa forma recorrem às atividades não-agrícolas para suprir suas necessidades.

Por fim verificou-se, em conformidade com os dados, a permanência desse trabalhador na cidade, que assim encerra um ciclo iniciado e mantido há várias gerações de migrações temporárias em busca de melhores condições de vida.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou as transformações na vida de pequenos agricultores de sequeiro através de suas trajetórias geográfica e ocupacional sob o ponto de vista inter e intrageracional, ainda com ênfase nas relações e condições de trabalho gestadas com o assalariamento na fruticultura irrigada de Petrolina. Ressalvando as particularidades do caso estudado, os resultados da pesquisa permitem fazer os comentários e as inferências que seguem.

Constata-se que a mobilidade geográfica é uma alternativa largamente utilizada por sujeitos sociais quando não encontram em sua localidade de origem as condições consideradas adequadas para sua sobrevivência. O estudo mostrou que esta é uma estratégia recorrente por parte daquele agricultor de áreas de sequeiro, que mesmo possuindo terras e, considerando a importância atribuída a esse bem, se desloca em busca de melhores condições de vida quando a terra não fornece as condições apropriadas para a sua exploração agrícola e tornando-se incapaz de propiciar as condições de sobrevivência. Desse modo, regiões de desenvolvimento constituem-se pólos de atração, pois, os trabalhadores visualizam ali a possibilidade de melhor inclusão no mercado de trabalho, e conseqüentemente melhoria em suas condições de sobrevivência.

A pesquisa apresentou uma realidade em que o Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho (PISNC) atuou como fator de atração e acenou com a expectativa de melhor inserção através do trabalho assalariado. Não obstante o

número de postos de empregos serem significativos para a região, não se fizeram suficientes para a inclusão do grande contingente que chega a cidade, somando-se ao contingente local de forma que a competitividade é crescente e a inclusão no mercado se dá para aqueles mais qualificados, ainda assim, sazonalmente. Contudo, muitos dos trabalhadores, apesar de não possuírem a qualificação requerida procuram suprir tal deficiência a partir da experiência de vida, concretizada dentro do próprio perímetro.

Com o conhecimento empírico necessário para a realização das tarefas fica mais acessível a colocação no emprego. Por outro lado, essa colocação é temporária, uma vez que, apesar do controle de safras para produzir em épocas específicas do ano, não há vagas para todos, nem durante todo o ano. Assim, é comum encontrar entre os trabalhadores experiência em várias tarefas realizadas nas diversas espécies frutíferas na tentativa de obtenção de colocação por maior período de tempo possível. Além dessa diversificação nas atividades agrícolas, lança-se mão de atividades não-agrícolas, como forma de garantir a sobrevivência do grupo social. A diversificação das atividades realizadas durante o ano propicia a reprodução material do grupo e contribui para a permanência do trabalhador na cidade de Petrolina, visto que, em suas localidades de origem, as condições de sobrevivência são mais precárias. Muitas vezes, a estagnação econômica não oferece meios para o desempenho de ocupações não-agrícolas, que poderia contribuir para uma melhora na vida desses sujeitos em sua própria localidade. A adoção de políticas públicas para o desenvolvimento econômico e social deve considerar os municípios com sua problemática local, de forma que venha a evitar sofrimentos da população que migram pela total falta de condições de permanecer sob pena de comprometer até a alimentação. O que se observa é que as políticas priorizam alguns pólos de desenvolvimento deixando localidades próximas totalmente à margem, obrigando grande parte da população a procurar alternativas individuais, como as migrações.

Dessa forma, uma das principais inferências deste trabalho diz respeito à trajetória espacial, pois, os trabalhadores de sequeiro. Mesmo não conseguindo a inserção na agricultura irrigada em tempo integral decidiram permanecer na cidade de Petrolina ou Juazeiro, por encontrar aqui melhores oportunidades profissionais e econômicas, melhor infra-estrutura educacional

para os filhos e melhor infra-estrutura de serviços para a população do que em seu município de origem.

Essa mobilidade atinge as três gerações estudadas sendo, contudo, entre a última mais acentuada principalmente a mobilidade ocupacional. As três gerações de trabalhadores lançaram mão da mobilidade geográfica de forma recorrente ao longo dos anos. Mas esta ocorria em ciclos, principalmente para a primeira geração. Assim, em situações calamitosas em que as condições climáticas minavam as possibilidades de trabalho em regiões de sequeiros, o trabalhador sentia a necessidade de sair e buscar outras regiões, geralmente Sul e Sudeste para suprir suas necessidades. Entretanto, com a volta da chuva, retornava para sua pequena propriedade, para com terra molhada realizar o plantio, assim o ciclo continuava. A partir da segunda geração foram verificadas mudanças na caracterização da saída, a exemplo do destino, seguia-se para regiões mais próximas que apresentavam alguma força de atração e esta geralmente se dava na construção civil, contudo, continuava cíclica com retorno no momento em que as condições climáticas permitissem. Já a terceira geração, mantendo o padrão adotado pelas demais, continuou buscando pólos de desenvolvimento mais próximos a exemplo de Petrolina/Juazeiro. Contudo é na periodização das saídas e retornos que se dá a grande mudança, o trabalhador dessa geração interrompe o ciclo e decide permanecer na cidade de destino. Verificou-se que a fruticultura não absorve todo o contingente de trabalhadores que chega, nem tampouco o absorve durante todo o ano. Assim, apesar das contratações temporárias ou sazonais, decide-se pela permanência buscando a mobilidade ocupacional em atividades não-agrícolas durante o período de entressafra.

A mesma mobilidade encontrada entre os informantes verificou-se também entre os irmãos que trabalhavam na fruticultura. Pois, estes aliam também àquelas atividades outras não-agrícolas. Esta categoria, apesar da baixa escolaridade que a caracteriza, busca na experiência de vida a diversificação das atividades agrícolas, adaptando-se com maior facilidade às atividades não-agrícolas, principalmente no setor de serviços e comércio ambulante.

Os dados primários desta pesquisa mostram também que a modernização da agricultura, da forma que foi implementada no Brasil, e em

particular, no Nordeste, contribuiu para a mobilização geográfica ou ocupacional dos trabalhadores rurais. De acordo com Andrade (1998), a expansão da agricultura por grandes capitais demanda o aumento de terra para a produção de grandes áreas agrícolas, principalmente em se tratando da monocultura, de modo que propriedades de terras antes arrendadas a pequenos produtores são requeridas para essas atividades. Sem essa ocupação o agricultor procura outras formas de trabalho.

Outra situação que culmina com esses mesmos problemas são as terras localizadas em áreas de sequeiro. Sem as condições mínimas para o desempenho agrícola, termina por levar o trabalhador a procurar outros meios de sobrevivência.

Portanto, analisando-se a realidade concreta do Núcleo 4 conclui-se que a principal mudança ocorrida na trajetória de vida do trabalhador rural, diz respeito à decisão da terceira geração em permanecer na cidade e buscar nas atividades não-agrícolas a alternativa de trabalho nos períodos de entressafra, diferentemente da primeira e da segunda gerações de trabalhadores que lançavam mão da mobilidade geográfica de forma cíclica.

A busca por melhores condições de vida motivada pela precariedade das condições sócio-econômicas ou ainda, a vontade de fugir de condições de exploração e subordinação ao capital caracteriza o migrante como um lutador, que apesar das adversidades encontradas na tentativa de ganhar a vida longe de sua terra natal procura ser sujeito de seu próprio destino, não se conformando com uma realidade que não lhe favorece.

Pesquisas futuras podem englobar todos os núcleos do perímetro. Outra questão que pode motivar novos estudos são as conseqüências sociais advindas das mudanças econômicas ocorridas com a implantação do Perímetro. A mobilidade social com alteração de *status* social (vertical ou horizontal) a partir do trabalho assalariado, considerando-se a capacitação desse trabalhador é um aspecto muito importante que também pode se constituir em objetos de futuras pesquisas. Tendo em vista a força de atração do pólo de atração regional de Petrolina/Juazeiro, alternativas de políticas públicas que possam contribuir para a fixação no campo de pequenos agricultores de sequeiro, assim contribuindo para um desenvolvimento regional

mais equilibrado e sustentável, são assuntos que devem ser aprofundados em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

AGUIAR NETO, A.O. et al. **Sustentabilidade do Perímetro Irrigado Jabibere.** [s.n.t.].

ANDRADE, M.C. **A terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6.ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1980.

ANDRADE, M.C. **Tradição e mudança:** a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do Submédio São Francisco. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ANDRADE, M.C. **Lutas camponesas no Nordeste.** 2.ed. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRIGUETTI, I. **Nordeste:** mito & realidade. São Paulo: Moderna, 1998. (Coleção Polêmica).

AQUINO, A.C. **Ilha do Massangano:** dimensões do modo de vida de um povo; a (re)construção do modo de vida e as representações sociais da Ilha do Massangano no Vale do São Francisco. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID. **Impacto social da irrigação no semi-árido brasileiro.** 2003. (Workshop SEAIN).

BLOCH, D. **As frutas amargas do velho Chico:** Irrigação e desenvolvimento no Vale do São Francisco. São Paulo: Livros da Terra/Oxfam, 1996.

BOTELHO, M.I.V. Experiências e vivências na migração sazonal. **Unimontes Científica**, v. 5, jul./dez. 2003. Disponível em <http://www.unimontes.br/unimontescientifica/revistas/Anexos/artigos/revista_v5_n2/word%20e%20pdf/04%20dossie_experiencias.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2005.

BRAIDO, J.F. As migrações na atualidade brasileira. In: _____. **Migrantes, êxodo forçado**. São Paulo: Edições Paulinas, 1980. p. 15-22.

BRANCO, A.M.; VAINSENER, S.A. **Distantes do Éden**: as condições de trabalho das migrantes na região do São Francisco. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/115.html>>. Acesso em: 30 set. 2005.

CAVALCANTI, J.S.B. Frutas para o mercado global. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 114, 1997.

CAVALCANTI, H. O desencontro do ser e do lugar: a migração nordestina para São Paulo. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 6, 2000. **Anais...** 2000.

CAVALCANTI, J.S.B.; IRMÃO, J.F. Globalização, integração regional e seus impactos sobre a produção familiar: um estudo sobre o sistema de produção do Vale do São Francisco – NE Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA APIPSA, 17, 1994. **Anais...** [s.l.]: APIPSA, 1994.

CAVALCANTI, J.S.B.; SILVA, A.C. Estratégias produtivas e o trabalho de homens e mulheres na fruticultura de exportação. In: CAVALCANTI, J.S.B. (Org.). **Globalização, trabalho e meio ambiente, mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999. p. 123-281.

CAVALCANTI, J.S.B.; MOTA, D.M. **Trabalhadores rurais no Brasil no fim do milênio**. Editora Universitária, 2002.

CAVALCANTI, J.S.B.; MOTA, D.M.; SILVA, P.C.G. **Olhando para o norte**: classe, gênero e etnicidade em espaços de fruticultura do Nordeste do Brasil. 2002.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO – CODEVASF. **Relatório final dos trabalhos executados pela comissão de seleção de colonos do projeto massagano**. Petrolina, 1983.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO – CODEVASF. Hidros Engenharia e Planejamento. **Projeto de irrigação Senador Nilo Coelho**. Petrolina, 1986. v. 1.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO – CODEVASF. **Aspectos macroeconômicos.** Disponível em: <www.codevasf.gov.br/menu/osvales/valesãofrancisco>. Acesso em: 25 jan. 2006.

DAMIANI, O. **Diversificação agrícola e redução de pobreza:** a introdução no nordeste brasileiro de produtos agrícolas não-tradicionais de alto valor e seus efeitos sobre pequenos produtores. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 34, n. 1, jan./mar. 2003.

DEL GROSSI, M.E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. **O fim do êxodo rural?** Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br>>. Acesso em: 7 jan. 2006.

DIEESE. **A situação do jovem no mercado de trabalho brasileiro.** Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/bol/anu/anumai97.xml>>. Acesso em: 26 fev. 2006.

DISTRITO DE IRRIGAÇÃO SENADOR NILO COELHO. **Dados da fruticultura.** 2004.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, R.A. **As implicações do trabalho e da cultura na mobilidade da população dos projetos irrigados do sertão paraibano.** Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_TRB_PO66_Gomes_texto.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2006.

GONÇALVES, A.J. Migrações internas: evoluções e desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 173-184, set./dez. 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 1999.

GUILLEN, I.C.M. **Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica.** Recife, 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/111.html>>. Acesso em: 21 dez. 2005. (Trabalhos para discussão, 111).

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Petrópolis: Vozes, 1992.

JONES, A.S. **O ser, o nada e o novo**: revolucionar as condições de existência. 2003.

KLEIN, H.S. Migração internacional na história das américas. In: FAUSTO, B. (Org.). **Fazer a América**. 2.ed. São Paulo: USP, 2000. p. 13-31.

LEITE, J.C. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, B. (Org.). **Fazer a América**. 2.ed. São Paulo: USP, 2000. p. 177-200.

MAIA, C.J. “**Lugar**” e “**trecho**”: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha. 2000. 168 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

MARTINE, G. A trajetória da modernização da agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, mar. 1991.

PERO, V. **Tendências da mobilidade social intergeracional no Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminários/pesquisa/tendencias_da_mobilidade_social.doc>. Acesso em: 10 out. 2005.

PNAD 2004. **Ocupação cresceu, rendimento ficou estável e diminuiu a desigualdade**. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/casacivil/site/exec/noticias.cfm?cod=2134>. Acesso em: 31 jan. 2006.

PRADO, M. Migrante ganha mais que local e conterrâneo. **Folha de São Paulo**, Caderno B, São Paulo, 12 fev. 2006, p. 7.

PRADO JÚNIOR, C. O sentido da colonização. In: _____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942. p. 19-32.

ROTHMAN, F.D. O estudo de caso como método de pesquisa. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR, 1994, Viçosa. **Anais...** Viçosa: UFV, 1994. p. 244-255.

SILVA, P.G. **Articulação dos interesses públicos privados no pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA**: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas. 2001. 241 p. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, PB.

SILVA, T.E.M. Modernização e rizicultura no Baixo São Francisco: do sonho à realidade. In: CONGRESSO NACIONAL DE SOCIÓLOGOS, 12, 2002, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2002. p. 57.

SILVA, M.A.M. **A terra no imaginário dos migrantes temporários**. Disponível em: <www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=310>. Acesso em: 27 jan. 2006.

SILVA, J.M.A.; REZENDE, A.M.; SILVA, C.A.B. Condicionantes do desenvolvimento do pólo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 31, n. 1, p. 48-64, jan./mar. 2000.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VILELA, S.L. **Águas públicas/riquezas privadas**: a política de irrigação para o Vale do São Francisco – Bebedouro e Nilo Coelho. 1991. 239 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, PB.

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS JUNTO AOS
TRABALHADORES ASSALARIADOS DO NÚCLEO 4 DO PISNC

Data da entrevista: ___/___/_____

Entrevistador(a): _____

1. Qual o seu nome?

2. Qual a sua idade?

_____ anos

3. Qual o seu estado civil?

() Solteiro () Casado () Amigado () Viúvo

4. O senhor tem filhos?

() Sim () Não

Se sim, quantos? _____

5. Quadro dos filhos (filhos com 10 anos ou mais)

Nome	Sexo	Idade	Escolaridade	Trabalha	Onde (cidade)	Tipo de trabalho

6. O(A) senhor(a) tem irmãos?

() Sim () Não
Se sim, quantos? _____

7. Quadro dos irmãos

Nome	Sexo	Idade	Trabalha?	Em que ele trabalha?	Onde (cidade)	Com o quê?

8. O pai do(a) senhor(a) é de onde?

8.1. Ele tem (tinha) terra?

() Sim () Não

8.2. Que quantidade de terra?

8.3. A terra dele foi herdada?

() Sim () Não

8.4. Ele comprou alguma terra?

() Sim () Não

8.5. A terra dele foi dividida?

() Sim () Não

8.6. O(A) senhor(a) recebeu alguma terra dele?

() Sim () Não

8.7. Quanta terra?

8.8. Que atividades o seu pai já realizou durante a vida?

9. A mãe do(a) senhor(a) é de onde?

9.1. Ela tem (tinha) terra?

Sim Não

9.2. Que quantidade de terra?

9.3. A terra dela foi herdada?

Sim Não

9.4. Ela comprou alguma terra?

Sim Não

9.5. A terra dela foi dividida?

Sim Não

9.6. O(A) senhor(a) recebeu alguma terra dele?

Sim Não

9.7. Quanta terra?

9.8. Que atividades a sua mãe já realizou durante a vida?

10. Os avós do(a) senhor(a) são de onde?

10.1. Eles têm (tinham) terra?

Sim Não

10.2. Que quantidade de terra?

10.3. A terra deles foi herdada?

Sim Não

10.4. Eles compraram alguma terra?

Sim Não

10.5. A terra deles foi dividida?

Sim Não

10.6. O(A) senhor(a) recebeu alguma terra deles?

Sim Não

10.7. Quanta terra?

10.8. Que atividades os seus avós já realizaram durante a vida?

11. O(A) senhor(a) é daqui?

Sim Não

11.1. De onde o(a) senhor(a) é?

11.2. Com que idade saiu de lá?

11.3. Por que saiu?

11.4. Por que o senhor escolheu vir a Petrolina?

12. Com o que o(a) senhor(a) trabalha?

12.1. Essa é sua única ocupação todo o ano?

Sim Não

12.2. Que outro(s) tipos de trabalho(s) o(a) senhor(a) realiza durante o ano?

13. O(A) senhor(a) sempre trabalhou com isso?

Sim Não

13.1. Quais outras atividades o(a) senhor(a) já fez?

14. O(A) senhor(a) sempre trabalhou aqui?

Sim Não

14.1. Onde mais o(a) senhor(a) já trabalhou?

15. O(A) senhor(a) trabalha de carteira assinada?

Sim Não

15.1. É a primeira vez que trabalha de carteira assinada?
() Sim () Não

15.2. Onde já trabalhou de carteira assinada?

16. O senhor gosta do trabalho que faz?
() Sim () Não

16.1. Por quê?

16.2. Como poderia ser melhor?

17. Fez algum curso ou treinamento para trabalhar na fruticultura irrigada?
() Sim () Não

17.1. Se sim, quando?

17.2. Se sim, por quê?

18. O que mudou em sua vida e a de sua família com a vinda para Petrolina?

19. Pretende voltar a morar na cidade de origem?

APÊNDICE B

MEMÓRIA FOTOGRÁFICA



Fonte: Disponível em: <www.globorural.globo.com>.

Figura 1B – Canal principal do Perímetro Nilo Coelho: de Sobradinho-BA para a plantação.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006.

Figura 2B – Problemas de saneamento do N4.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2006.

Figura 3B – Posto Asa Branca: local de agenciamento de trabalhadores.